

Preço médio de cesta das famílias avançou 33% no País em 12 meses

Levantamento da Fecomercio SP realizado com base no IPCA aponta que a média de preços da cesta de despesas básicas das famílias avançou 33% no País nos últimos 12 meses. Entre março de 2020 e julho de 2021, o avanço médio dos preços no Brasil para esta cesta específica foi de 30,3%. Para o consumidor, isso significa que a cada R\$ 20 gastos com despesas básicas no mesmo período do ano pas-

sado, agora, terá de desembolsar quase R\$ 27. Nos Estados, a variação acumulada em 12 meses vai de 27,3%, em Belém, até 39,4%, no DF. No recorte por faixa de renda, a entidade mostra que a lista de despesas básicas representa 31,1% do valor dos gastos do orçamento para quem recebe até dois salários mínimos, chegando à casa dos 20% entre quem ganha de dois a dez salários mínimos. Já na classe mais alta, com 25 salários mínimos, o percentual é de 11%. *Pág. 04*

(Foto: EBC)



A CPI da Covid aprovou nova convocação do motoboy que teria feito saques suspeitos no valor de R\$ 4,7 milhões supostamente pagos a Roberto Ferreira Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde.

CPI reconvoça motoboy da VTCLog que teria pago boletos a Roberto Dias

A CPI da Covid aprovou ontem, 31, nova convocação de Ivanildo Gonçalves, o motoboy que a serviço da VTCLog teria feito saques suspeitos no valor de R\$ 4,7 milhões que supostamente pagos em boletos pela empresa a Roberto

Ferreira Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde. O relator Renan Calheiros (MDB-AL) exibiu imagem cedida pelo sistema de bancos que registra o motoboy Ivanildo numa agência

do Bradesco, dia 22 de junho. Segundo o relator, a imagem mostra o exato momento de pagamento, pelo funcionário da VTCLog, de boleto em favor de Roberto Dias. De acordo com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), dados como data

e horário de pagamento dos boletos combinados com a imagem comprovariam os indícios apontados por senadores. Otto Alencar (PSD-BA) propôs proteção policial ao motoboy, o que foi solicitado pela comissão à PF. *Pág. 03*

Câmara quer aprovar PL do mercado de crédito de carbono até novembro



De acordo com Marcelo Ramos, o presidente da Câmara deve aprovar a tramitação em regime de urgência e levar rapidamente o texto a plenário, e por este motivo buscou um texto consensual.

Após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ter afirmado que fará um esforço para a aprovação do PL 528/2021, que vai regular o

mercado de crédito de carbono no Brasil, antes da 26ª conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP26), em novembro, o relator do

projeto, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), informou que uma nova audiência pública do texto será aberta em 9 de setembro. *Pág. 04*

ESPORTES

PARALIMPÍADAS 2020					TÓQUIO
QUADRO DE MEDALHAS	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL	
1º. China	62	38	32	132	
2º. Grã-Bretanha	29	23	28	80	
3º. Atletas da Rússia	25	16	33	74	
4º. Estados Unidos	24	24	15	63	
5º. Ucrânia	15	33	19	67	
6º. Brasil	14	11	17	42	
7º. Holanda	14	9	9	32	
8º. Austrália	13	21	20	54	
9º. Itália	11	18	14	43	
10º. Azerbaijão	10	1	4	15	

FONTE: CPB

© INFOGRAFFO

MEDICINA E SAÚDE

VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

Dados de 31/08

130.019.681

pessoas já receberam ao menos uma dose

61.166.920

pessoas já estão totalmente imunizadas

60,95%

da população

28,67%

da população

DOSES APLICADAS

191.186.601

83,6% das doses distribuídas para os estados

OS ESTADOS COM MAIOR PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO TOTALMENTE IMUNIZADA

Mato Grosso do Sul	43,72%
São Paulo	36,47%
Rio Grande do Sul	34,90%
Espírito Santo	31,60%
Santa Catarina	29,26%

FONTE: Consórcio de Veículos de Imprensa

© INFOGRAFFO

Febraban confirma apoio a manifesto contra crise institucional no País

A Febraban decidiu que não vai retirar a assinatura do manifesto da Fiesp pela harmonia entre os Poderes, em clara reação às ameaças golpistas de Bolsonaro. Relatos colhidos pelo Estadão afir-

mam que não haverá recuo. De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a a Febraban teria mudado o teor do manifesto para se posicionar contra o governo Bolsonaro. *Pág. 03*

FGV apura alta da incerteza na economia em agosto

A FGV informou ontem, 31, que o Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) avançou 0,3 ponto na passagem de julho para agosto, para 119,6 pontos. As dificuldades em superar a pan-

demia no Brasil, as dúvidas com relação à real situação fiscal do país e as frequentes turbulências políticas são fatores que vêm contribuindo para a alta da incerteza, assinalou a FGV. *Pág. 04*

Bolsonaro reafirma ameaça de golpe ao falar de atos de 7 de Setembro



(Foto: EBC)

Bolsonaro participou ontem, 31, da inauguração do Complexo de Captação e Tratamento de Água Deputado Luiz Humberto Carneiro, em Uberlândia (MG). A cerimônia também contou com a presença do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, de parlamentares e outras autoridades.

Em pronunciamento durante a inauguração de complexo de captação e tratamento de água em Uberlândia (MG), ontem, 31, o presidente Bolsonaro retomou o tom de ameaças

de golpe a partir dos protestos programados para 7 de Setembro em apoio ao atual governo, dizendo que o povo brasileiro terá a oportunidade mais importante de sua história na data. *Pág. 03*

Talibãs declaram Emirado Islâmico do Afeganistão como nação livre

Pág. 05

Nos EUA, Biden enfrenta maior índice de desaprovação desde sua eleição

Pág. 05

UE diz ter atingido meta de vacinar 70% dos adultos contra covid-19

Pág. 05

Desempregados no País somavam 14,444 milhões no trimestre até junho

Dados da Pnad Contínua divulgados ontem, 31, pelo IBGE, mostram que o Brasil ainda tinha 14,444 milhões de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em junho, embora a taxa tenha recuado de 14,7% no trimestre encerrado em março para 14,1% no trimestre passado. Em relação a junho de 2020, o número de desempregados aumentou 12,9%, ou 1,654 milhão de pessoas a mais procurando trabalho. *Pág. 04*

PLOA prevê mínimo de R\$ 1.169 em 2022, sem ganho real a trabalhadores

O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) de 2022, divulgado ontem, 31, mostra que o governo prevê o salário mínimo em R\$ 1.169 no próximo ano. A correção considera apenas a inflação projetada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2021. Ou seja, mais uma vez os trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem o mínimo não terão ganho real nos salários. *Pág. 04*

INDICADORES FINANCEIROS	
Salário Mínimo	R\$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4410%
Ibovespa (pontos)	118.781
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,27%
CDB pré 90 dias - ano	6,08%
CDI acumulado - mês	0,41%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R\$ 5,1710/R\$ 5,1720
Dólar turismo	R\$ 5,1830/R\$ 5,3330
Euro turismo	R\$ 6,1040/R\$ 6,1060

POLÍTICA

CPI reconvoça motoboy da VTCLog e aprova convocação de Karina Kufa

A CPI da Covid aprovou ontem, 31, nova convocação de Ivanildo Gonçalves, motoboy que a serviço da VTCLog teria feito saques suspeitos no valor de R\$ 4,7 milhões, e pedidos de quebras de sigilos telefônicos, fiscal, bancário e telemático de nomes ligados à VTCLog. Também foi aprovado requerimento para ouvir a advogada Karina Kufa. Senadores apontam que ela organizou um jantar em sua residência, onde o lobista Marconny Faria foi apresentado a José Ricardo Santana, ex-secretário-executivo da Anvisa. Parlamentares apontam que os dois teriam atuado como lobistas da Precisa Medicamentos.

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) enfatizou que o motoboy Ivanildo Gonçalves não cometeu crime ao fazer pagamentos de boletos da empresa Voetur porque apenas cumpria ordens.

Os boletos eram pagos pela empresa a Roberto Ferreira Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde.

Renan Calheiros (MDB-AL) exibiu imagem cedida pelo sistema de bancos que registra o motoboy Ivanildo numa agência do Bradesco, dia 22 de junho.



A CPI da Covid aprovou nova convocação do motoboy que teria feito saques suspeitos no valor de R\$ 4,7 milhões supostamente pagos a Roberto Ferreira Dias, ex-diretor do Departamento de Logística (Delog) do Ministério da Saúde.

Segundo o relator, a imagem mostra o exato momento de pagamento, pelo funcionário da VTCLog, de boleto em favor de Roberto Dias.

De acordo com Randolfé Rodrigues (Rede-AP), dados como data e horário de pagamento dos boletos combinados

com a imagem comprovariam os indícios apontados por senadores.

- Seria importante colocar essas imagens como uma razão a mais para que o ministro Kassio Marques Nunes permita que a testemunha fale à CPI - observou Randolfé.

Para Otto Alencar (PSD-BA) é preciso haver proteção policial ao motoboy, o que já foi solicitado pela comissão à Polícia Federal. O senador afirmou que há informações de que Ivanildo distribuía dinheiro em Brasília, “o que irá comprometer pessoas em todas as áreas”.

Povo terá a ‘oportunidade mais importante’ no dia 7, diz Bolsonaro em MG



O presidente Jair Bolsonaro disse ontem (31), em pronunciamento feito na cerimônia de inauguração de complexo de captação e tratamento de água em Uberlândia (MG), que o povo brasileiro terá a oportunidade mais importante de sua história no dia sete de setembro, para quando estão previstas manifestações de apoio ao governo. “Nunca uma outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão

importante ou será tão importante quanto esse nosso próximo 7 de setembro”, disse sem entrar em mais detalhes sobre o que queria dizer com a declaração.

O envolvimento de agentes das forças de segurança, principalmente das Polícias Militares, tem despertado preocupação de diversos atores políticos em relação a uma tentativa de ruptura institucional. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progres-

sistas-AL), descartou a possibilidade de investida golpista na data.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afastou o coronel da PM do estado Aleksander Lacerda, que convocou colegas de corporação para os atos bolsonaristas por meio das redes sociais e fez ataques aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), desafetos do presidente. Policiais militares da

ativa são proibidos por lei de se envolverem em atividades político-eleitorais.

Como de costume, Bolsonaro deixou em aberto a possibilidade de não disputar a reeleição em 2022. “No momento, não sou candidato a nada, deixo bem claro. Não posso falar em política para o futuro, porque não sei como chegarei até lá”, disse.

Lula e combustíveis - O presidente também retomou o assunto do aumento dos preços dos combustíveis e culpou governos anteriores pelos valores elevados do produto nos postos. Na avaliação dele, a expropriação de refinaria da Petrobras na Bolívia, em 2006, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Um dos últimos presidentes nossos entregou uma refinaria nossa ao governo boliviano”, disse Bolsonaro. Na fala, ele se referiu a um presidente de “nove dedos”.

“Quando se fala do preço da gasolina, que está alto na ponta da bomba, vale lembrar que somente em três refinarias não construídas, duas no Nordeste e uma no Sudeste, bem como outras sucatas compradas onde não destilaram um só barril de petróleo, deixou para vocês uma dívida de R\$ 230 bilhões.

Na CPI, Renan critica decisão de Kassio Nunes e chama Bolsonaro de ‘maluco’

Durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de ontem (31), o relator do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), criticou decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Kássio Nunes Marques, que garantiu ao motoboy Ivanildo Gonçalves da Silva o direito de não comparecer à CPI, e subiu o tom contra o presidente Jair Bolsonaro. Em uma declaração que gerou bate-boca com a tropa de choque do governo na CPI, Renan chamou Bolsonaro de “maluco”.

“Enquanto os brasileiros morriam e o maluco do presidente da República defendia o tratamento precoce, desde-nhava da eficácia das vacinas, dizia que quem tomasse vacina iria virar jacaré, que a voz do homem ia afinar a voz, que iria nascer pelo nas mulheres, quer dizer, um horror sob qualquer aspecto”, declarou o relator.

Com relação à decisão de Nunes, o parlamentar se limitou a comentar que decisões como a dele “de uma forma ou de outra, (acabam) colaborando para que

a impunidade se mantenha firme e forte”. Ao Broadcast Político., sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, nesta manhã, o relator declarou que a decisão do ministro era algo “inédito”. A cúpula da CPI também tentou ouvir a diretora-presidente da VTCLog, Andréia Lima, mas ela justificou que não poderia comparecer à CPI hoje por estar em Guarulhos (SP), despachando vacinas. Andréia ainda pode ser ouvida na quarta-feira, dia 1º.

A VTCLog, investigada da CPI, pertence ao grupo Voetur e passou a ser investigada pela CPI devido a suspeita de irregularidades em um aditivo de R\$ 18 milhões em um contrato atual com o Ministério da Saúde. A empresa é a encarregada do transporte de medicamentos e também a atual responsável pela distribuição de vacinas no Programa Nacional de Imunizações (PNI). Em outros contratos, assinados em 1997 e 2003 com o Ministério da Saúde, a Voetur é suspeita de superfaturar R\$ 16 milhões (em valores corrigidos).

Esvaziada, CPI da Covid encerra reunião com promessa de focar na VTCLog

Esvaziada, a CPI da Covid concluiu por volta das 13h de ontem (31), a reunião de hoje sem ouvir testemunhas e com a promessa de focar as investigações na VTCLog, atual responsável pela distribuição de vacinas no Programa Nacional de Imunizações (PNI). O colegiado havia se programado para ouvir nesta terça-feira Ivanildo Gonçalves da Silva, motoboy que supostamente teria movimentado R\$ 117 milhões da VTCLog nos últimos dois anos. Mas, devido a uma decisão do ministro Kássio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), Ivanildo teve garantido o direito de não ir ao Senado prestar depoimento.

Com a mudança, a cúpula da CPI tentou trazer ao Senado a diretora-presidente da VTCLog, Andréia Lima. Ele também não pode comparecer à comissão. A justificativa é que estava em Guarulhos (SP), despachando vacinas. Sem os depoentes, e mesmo sob críticas de membros do governo, a CPI dedicou a reunião a deliberação de requere-

rimentos.

Foi aprovado pelo colegiado a quebra de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da VTCLog, além do requerimento de convocação de Karina Kufa, advogada do presidente Jair Bolsonaro que teria dado um jantar em que o empresário José Ricardo Santana - que já prestou depoimento à CPI - teria conhecido o lobista Marconny Ribeiro. Juntos, Ribeiro e Santana são apontados pelo envio, ao Ministério da Saúde, de um suposto “passo a passo” de como fraudar licitações.

A CPI também aprovou a reconvocação de Ivanildo. Para justificar a necessidade de ouvir o motoboy, o relator Renan Calheiros (MDB-AL), exibiu imagem cedida pelo Bradesco que registra Ivanildo em uma agência do banco, dia 22 de junho. Segundo o relator, a imagem mostra o momento de pagamento, pelo funcionário da VTCLog, de boleto em favor do ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde, um dos investigados da CPI.

Povo terá a ‘oportunidade mais importante’ no dia 7, diz Bolsonaro em MG

O presidente Bolsonaro disse ontem, 31, em pronunciamento feito na cerimônia de inauguração de complexo de captação e tratamento de água em Uberlândia (MG), que o povo brasileiro terá a oportunidade mais importante de sua história no dia sete de setembro, para quando estão previstas manifestações de apoio ao governo. “Nunca uma outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será tão importante quanto esse nosso próximo 7 de setembro”, disse sem entrar em mais detalhes sobre o que queria dizer com a declaração.

O envolvimento de agentes das forças de segurança, principalmente das Polícias Militares, tem despertado preocupação de diversos atores políticos em re-

lação a uma tentativa de ruptura institucional. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), descartou a possibilidade de investida golpista na data.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afastou o coronel da PM do estado Aleksander Lacerda, que convocou colegas de corporação para os atos bolsonaristas por meio das redes sociais e fez ataques aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), desafetos do presidente. Policiais militares da ativa são proibidos por lei de se envolverem em atividades político-eleitorais.

Como de costume, Bolsonaro deixou em aberto a possibilidade de não disputar a reeleição em 2022.

Ações de Skaf e do governo surpreendem signatários de manifesto

Uma versão final do manifesto “A Praça é dos Três Poderes”, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que cobra mais “harmonia” entre os três poderes da República, foi encaminhada no fim da semana passada a representantes de entidades associadas.

O documento alcançou ontem cerca de 300 adesões, conforme apurou o Estadão. Mas não sem causar surpresas, insatisfações e ruídos entre seus organizadores.

A reação negativa da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, que decidiram deixar a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) caso o documento seja publicado - por terem visto nele críticas endereçadas

ao presidente Jair Bolsonaro -, surpreendeu parte dos envolvidos, assim como a decisão da Fiesp de adiar a divulgação.

A dúvida é se o manifesto poderá ser divulgado antes ou depois de 7 de setembro, data em que estão previstos atos de rua em diversas cidades brasileiras, convocados por Bolsonaro e apoiadores do presidente.

O texto compartilhado pela Fiesp com as entidades associadas possui cerca de três parágrafos e foi enviado às associações pelo presidente da entidade, Paulo Skaf - que se notabilizou pelo apoio a Bolsonaro e chegou a ser cogitado nos meios bolsonaristas como uma opção para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes no ano que vem.

Febraban mantém apoio a manifesto

Mesmo depois da ameaça da Caixa e do Banco do Brasil de deixarem a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a entidade decidiu que não vai retirar a assinatura do manifesto. A assinatura do documento já foi submetida e aprovada pela governança da Febraban após debates internos que ocorreram na semana passada. Relatos colhidos pelo Estadão afirmam que não haverá recuo nesse ponto e que a decisão de adiar o lançamento do manifesto foi da Fiesp.

A decisão da entidade dos bancos de subscrever o documento levou em conta a crise institucional e o ambiente hostil de tensionamento político que tem piorado e contaminado as expectativas do mercado e dos agentes econômicos.

Para tentar contornar a crise com os bancos públicos, alguns trechos do texto estão sendo novamente revisados. Um deles é o que falava explicitamente da necessidade de se criar empregos, o que irritou BB e Caixa.

Na segunda, o ministro da Economia, Paulo Guedes, que soube do manifesto no sábado, culpou a Febraban pelo que classificou como conteúdo político do documento.

“Pela democracia, nenhum problema, mas não é o que eles disseram. Eles disseram que era contra o governo e não a favor da democracia”, disse. De acordo com o ministro, a própria Febraban teria mudado o teor do manifesto para se posicionar contra o governo de Jair Bolsonaro.

Povo terá a ‘oportunidade mais importante’ no dia 7, diz Bolsonaro em MG

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem (31), em pronunciamento feito na cerimônia de inauguração de complexo de captação e tratamento de água em Uberlândia (MG), que o povo brasileiro terá a oportunidade mais importante de sua história no dia sete de setembro, para quando estão previstas manifestações de apoio ao governo. “Nunca uma outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será tão importante quanto esse nosso próximo 7 de setembro”, disse sem entrar em mais detalhes sobre o que queria dizer com a declaração.

O envolvimento de agentes das forças de segurança, principalmente das Polícias Militares, tem despertado preocupação de diversos atores políticos em relação a uma tentativa de ruptura institucional.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), descartou a possibilidade de investida golpista na data.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afastou o

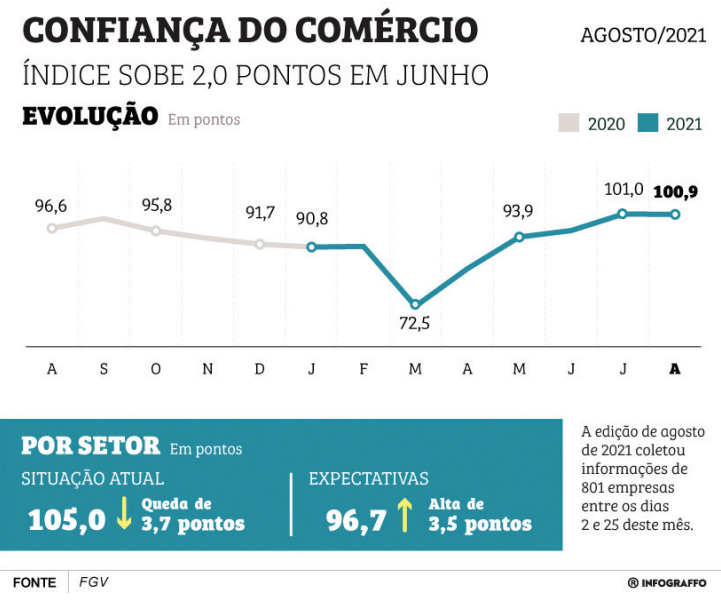
coronel da PM do estado Aleksander Lacerda, que convocou colegas de corporação para os atos bolsonaristas por meio das redes sociais e fez ataques aos membros do Supremo Tribunal Federal (STF), desafetos do presidente. Policiais militares da ativa são proibidos por lei de se envolverem em atividades político-eleitorais.

Como de costume, Bolsonaro deixou em aberto a possibilidade de não disputar a reeleição em 2022.

“No momento, não sou candidato a nada, deixo bem claro. Não posso falar em política para o futuro, porque não sei como chegarei até lá”, disse.

Lula e combustíveis - O presidente também retomou o assunto do aumento dos preços dos combustíveis e culpou governos anteriores pelos valores elevados do produto nos postos. Na avaliação dele, a expropriação de refinaria da Petrobras na Bolívia, em 2006, durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

ECONOMIA



Média de preços de cesta das famílias sobe 33% em 12 meses, diz FecomercioSP

A média de preços da cesta de despesas básicas das famílias aumentou 33% no País nos últimos 12 meses, aponta levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), realizado com base no Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os itens que compõem a cesta são, dentre outros, arroz, feijão-carioca, carnes, frango (inteiro), leite (longa vida), óleo de soja, gás de botijão, energia elétrica residencial, gasolina, etanol, óleo diesel e gás veicular.

A inflação dispersa e essencialidade dos itens dificultam a tentativa dos consumidores de

economizar. Em julho, a cesta de despesas básicas das famílias influenciou 18% no orçamento dos lares.

Para o consumidor, isso significa que a cada R\$ 20 gastos com despesas básicas no mesmo período do ano passado, agora, terá de desembolsar quase R\$ 27.

De acordo com o estudo, entre março de 2020 e julho de 2021, o avanço médio dos preços no Brasil, para esta cesta específica, foi de 30,3%.

Escalada de preços dispersa - A escalada dos preços está dispersa em vários grupos de consumo importantes no dia a dia dos brasileiros, como alimentação, transporte e habitação, além de ser generalizada.

Consumo de energia elétrica bate recorde em julho, puxado pela indústria

O consumo de eletricidade no Brasil foi recorde em julho, atingindo 39.950 gigawatts/hora (GWh), alta de 5,7% contra igual mês do ano passado, segundo a Resenha Mensal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O desempenho foi puxado principalmente pela indústria, que registrou o maior consumo de energia para o mês de julho desde 2014, uma alta de 9,8% na comparação anual.

O aquecimento da atividade econômica acontece pelo avanço da vacinação no País, mas coincide com a pior estiagem dos últimos 91 anos, que tem reduzido a geração de energia das usinas hidrelétricas para os piores níveis da história e obrigado o governo a fazer campanhas para redução do consumo.

O consumo de eletricidade acumulado nos últimos 12 meses totalizou 495.829 GWh, elevação de 5,2% comparada ao período anterior. Todas as regiões do País apresentaram expansão no consumo de energia elétrica em julho: Sul (7,7%), Nordeste (6,9%), Norte (5,4%), Sudeste (5,1%) e Centro-Oeste (2,5%).

A Região Sul apresentou o maior consumo industrial de energia no mês, com alta de 11,1%, seguido pelo Norte (10,6%) e Sudeste (10,5%), e depois pelo Nordeste (8,4%) e Centro-Oeste (2,6%). Entre os Estados, o destaque foi Alagoas, com alta de 51,8%, puxada pelo efeito base baixa de comparação do setor químico em relação ao mesmo mês de 2020.

FGV: indicador de incerteza sobe 0,3 ponto em agosto ante julho, a 119,6 pontos

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) subiu 0,3 ponto na passagem de julho para agosto, para 119,6 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) ontem, 31. Com o resultado, o indicador se manteve abaixo do pico de 210,5 pontos atingido em abril de 2020, no início da pandemia de covid-19, mas está 4,6 pontos acima de média de 2015 a 2019, que é de 115,0 pontos.

O IIE-Br é formado por dois componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de

notícias com menção à incerteza; e o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA.

Segundo a FGV, em agosto, a alta no IIE-Br foi puxada pelo IIE-Br Expectativa, que subiu 3,0 pontos, para 116,2 pontos, contribuindo de forma positiva, em 0,7 ponto, para a evolução na margem do indicador agregado. Já o IIE-Br Mídia recuou 0,5 ponto, para 118,4 pontos, contribuindo negativamente em 0,4 ponto para o indicador agregado.

Setor atacadista cresce e se torna tendência em meio à pandemia

Nos últimos anos foi possível acompanhar o forte crescimento do setor atacadista, que se destacou graças aos seus diferenciais e às tendências do mercado. Os atacadões possuem uma estrutura grande e enxuta, permitindo que a loja também sirva como estoque. Além disso, contam com preços competitivos, tanto nas vendas no atacado quanto no varejo. Vale destacar também que tais lojas funcionam no sistema self-service (autosserviço) e de cash & carry (pague e leve), em que o cliente escolhe o produto dire-

tamente nas gôndolas, fecha a compra, efetua o pagamento e leva o produto na hora.

Outro ponto importante é o fato de os atacados terem mudado os padrões das lojas, oferecendo uma melhor experiência de compra, com investimentos em climatização, iluminação, ambientação e localização.

Todas essas características tornaram as lojas atacadistas bastante atrativas para o consumidor que busca economizar, principalmente durante a crise e em decorrência das incertezas que a pandemia trouxe.

População desocupada alcança 14,444 milhões de pessoas no tri até junho, diz IBGE

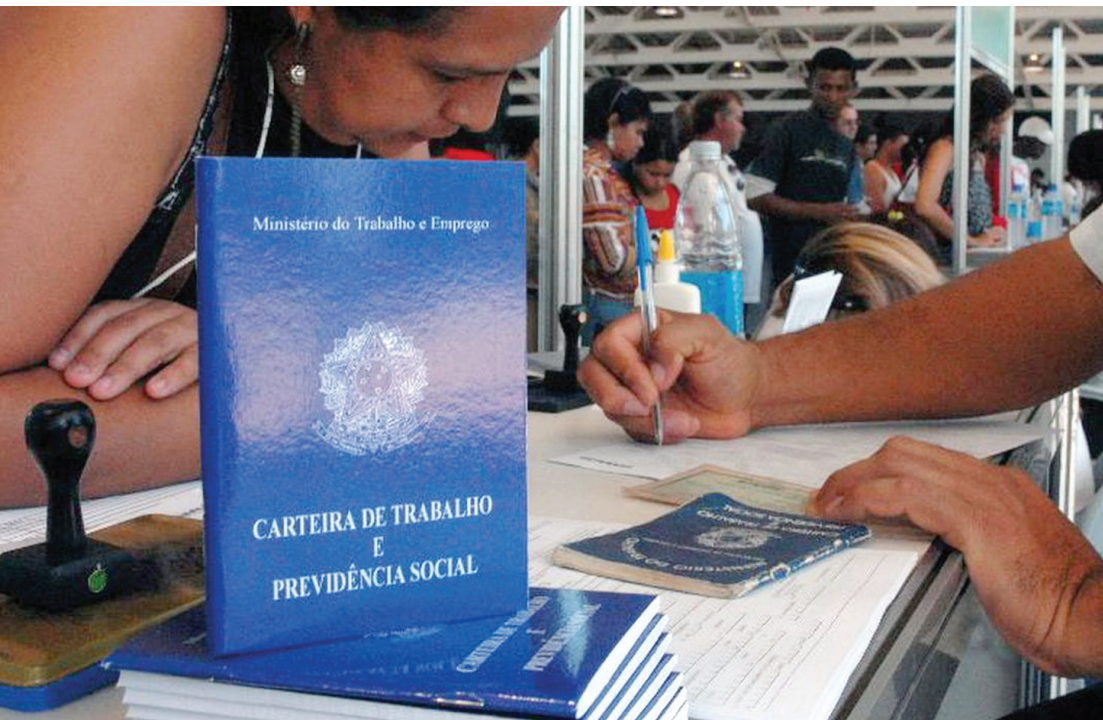
O Brasil ainda tinha 14,444 milhões de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em junho, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) iniciada em 2012 pelo Instituto IBGE. A taxa de desemprego passou de 14,7% no trimestre encerrado em março para 14,1% no trimestre terminado em junho.

O total de desocupados diminuiu 2,4% em relação a março, 361 mil pessoas a menos em busca de uma vaga. Em relação a junho de 2020, o número de desempregados aumentou 12,9%, 1,654 milhão de pessoas a mais procurando trabalho.

A população ocupada somou 87,791 milhões de pessoas, 2,141 milhões trabalhadores a mais em um trimestre. Em relação a um ano antes, 4,444 milhões de pessoas encontraram uma ocupação.

A população inativa somou 74,914 milhões de pessoas no trimestre encerrado em junho, 1,569 milhão a menos que no trimestre anterior. Em relação ao mesmo período de 2020, a população inativa recuou em 2,867 milhões de pessoas.

O nível da ocupação - percentual de pessoas ocupadas



O recorde da desocupação foi verificado no primeiro trimestre de 2021, com um total de 14,8 milhões de pessoas.

na população em idade de trabalhar - subiu de 47,9% no trimestre encerrado em junho de 2020 para 49,6% no trimestre até junho de 2021. No trimestre terminado em março, o nível da ocupação era de 48,4%.

No trimestre terminado em junho de 2021, faltou trabalho para 32,209 milhões de pessoas

no Brasil, segundo os dados da Pnad Contínua agora divulgados. A taxa composta de subutilização da força de trabalho saiu de 29,7% no trimestre até março para 28,6% no trimestre até junho. O indicador inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho

potencial, pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar. A população subutilizada caiu 3,0% ante o trimestre até março, 993 mil pessoas a menos. Em relação ao trimestre até junho de 2020, houve um avanço de 0,8%, mais 264 mil pessoas.

PL do mercado de crédito de carbono deve ter regime de urgência, diz relator



“Esse mercado abre oportunidades de emprego e renda com a floresta em pé, e confronta com essa falsa constatação de que a floresta só ganha (dinheiro) se for derrubada”, afirmou Marcelo Ramos.

O relator do Projeto de Lei 528/2021, que vai regular o mercado de crédito de carbono no Brasil, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), informou que uma nova audiência pública do texto que está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deve ser aberta em 9 de setembro, e deverá ter tramitação célere depois que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-

AL), afirmou que fará um esforço para sua aprovação antes da 26ª conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em novembro.

De acordo com o deputado, o presidente da Câmara deve aprovar a tramitação em regime de urgência e levar rapidamente o texto a plenário, e por este motivo buscou um texto consensual. “Esse texto é um texto que vai sair com o máximo de con-

vergências possíveis. É um texto para debate e cheio de necessidade de ajustes”, disse Ramos durante seminário promovido pelo Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

A perspectiva é manter a estrutura inicial do PL, sugerindo em um primeiro momento a criação de um mercado voluntário, que não pode ser regulado, mas criando mecanismos para

que se estabeleçam critérios de certificação, da elaboração de inventários de emissões e de ativos ambientais, em especial ativos florestais, e que conceda um tempo para adaptação das empresas ao novo mercado. “Esse mercado abre oportunidades de emprego e renda com a floresta em pé, e confronta com essa falsa constatação de que a floresta só ganha (dinheiro) se for derrubada”, afirmou.

Uma das premissas do texto, ressaltou Ramos, é não fixar mecanismos muito rígidos, nem que tirem a competitividade da indústria brasileira.

Além de Lira, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também declarou, no final da semana passada, que é importante avançar no tema para levar à COP26, em Glasgow, no Reino Unido, um mercado de crédito de carbono organizado, o que vai melhorar a imagem ambiental do Brasil na área ambiental.

“Se buscou tentar chegar a um texto médio, que possa se identificar com o Cebds, que tem mais conhecimento da matéria, com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), com a mineração, com o agro, e com a Anfavea (associação das montadoras), para que a gente tivesse um texto para debate”, disse Ramos.

Governo prevê salário mínimo de R\$ 1.169 em 2022, segundo PLOA

O governo prevê o salário mínimo em R\$ 1.169 no próximo ano, de acordo com o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA) de 2022, divulgado ontem, 31. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada ao Congresso em abril, a estimativa para o mínimo do próximo ano era de R\$ 1.147.

A correção do salário mínimo prevista na PLOA 2022 considera apenas a inflação projetada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2021. Ou seja, mais uma vez os trabalhadores, aposentados e pensionistas que recebem o mínimo não terão ganho real nos salários.

A estimativa da equipe econômica para alta da massa salarial nominal é de 8,94% em 2022.

PLOA prevê PIB de 2,51% em 2022, além de IPCA de 3,50% e Selic média de 6,63%

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2022 apresentado ontem, 31, pelo Ministério da Economia prevê que o crescimento do Produto Interno Bruto

(PIB) no próximo ano será de 2,51%. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso em abril, a previsão era de R\$ 2,50%.

A projeção da PLOA para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022 é de 3,50%, a mesma da LDO.

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a estimativa é de 3,42%, ante 3,50% na LDO de abril.

Já para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de 2022, a previsão é de 4,72% na proposta de Orçamento, ante 3,57% previsto na LDO.

A estimativa da equipe econômica para a Selic média em 2022 é de 6,63% ao ano, ante 4,72% na LDO.

O PLOA também traz a projeção de um câmbio médio de R\$ 5,15, mesmo valor da LDO.

Para o preço médio do barril de petróleo no próximo ano, a previsão é de US\$ 70,03, ante estimativa anterior de US\$ 60,95.

Receita adia para 30 de setembro prazo de regularização do MEI

Cerca de 1,8 milhão de microempreendedores individuais (MEI) com tributos e obrigações em atraso referentes a 2016 e a anos anteriores ganharam mais um mês para regularizar a situação. A Receita Federal prorrogou o prazo para 30 de setembro. Caso não quitem os tributos e as obrigações em atraso, ou não parcelados, de 2016 para trás, os MEI serão incluídos na Dívida Ativa da União. A inscrição acarreta cobrança judicial dos débitos e perda de benefícios tributários. Por causa das dificuldades relativas à pandemia, a cobrança não abrangerá os MEI com dívidas recentes. Somente os débitos de cinco anos para trás serão inscritos em dívida ativa. Débitos de quem aderiu a algum parcelamento neste ano também não passarão para a cobrança judicial, mesmo em caso de parcelas em atraso ou de desistência da renegociação. Os débitos sob cobrança podem ser consultados no Programa Gerador do DAS para o MEI. Por meio de certificado digital ou do código de acesso, basta clicar na opção “Consulta

Extrato/Pendências” e, em seguida, em “Consulta Pendências no Simei”. O Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) para quitar as pendências pode ser gerado tanto pelo site quanto por meio do Aplicativo MEI, disponível para celulares Android ou iOS. Segundo a Receita Federal, existem 4,3 milhões de microempreendedores individuais, que devem R\$ 5,5 bilhões ao governo. Isso equivale a quase um terço dos 12,4 milhões de MEI registrados no país. No entanto, a inscrição na dívida ativa só vale para dívidas não quitadas superiores a R\$ 1 mil, somando principal, multa, juros e demais encargos. Atualmente, o 1,8 milhão de MEI nessa situação devem R\$ 4,5 bilhões. Com um regime simplificado de tributação, os MEI recolhem apenas a contribuição para a Previdência Social e pagam, dependendo do ramo de atuação, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou o Imposto sobre Serviços (ISS). O ICMS é recolhido aos estados; e o ISS, às prefeituras.

INTERNACIONAL

Talibãs declaram Emirado Islâmico do Afeganistão como nação livre

O Talibã já controla o aeroporto de Cabul. O grupo extremista ocupou toda a estrutura assim que terminou a saída dos militares dos Estados Unidos (EUA) e declarou o Emirado Islâmico do Afeganistão como uma nação livre e soberana.

Os líderes do movimento caminharam pela pista do aeroporto, num gesto simbólico de vitória.

A retirada das forças militares norte-americanas ocorreu ontem (30) à noite, com a saída do último avião C-17 dos Estados Unidos.

O momento foi celebrado nas ruas de Cabul com fogo de artifício e disparos de armas.

O Aeroporto Hamid Karzai ficou, agora, sem controle de tráfego aéreo.

O porta-voz do Talibã admitiu pedir ajuda ao Catar ou à Turquia para repor as necessidades técnicas do aeroporto.

“Os últimos soldados americanos saíram do aeroporto de Cabul e nosso país conseguiu a independência total”, disse Zabihullah Mujahid pelo Twitter.

Último voo - O Pentágono anunciou que o último avião C17 norte-americano decolou do aeroporto de Cabul às primeiras horas desta terça-feira



Os líderes do movimento caminharam pela pista do aeroporto, num gesto simbólico de vitória.

(20h29 de segunda-feira em Lisboa). Termina assim a guerra mais longa da história dos Estados Unidos, ficando o país asiático nas mãos dos talibãs ao fim de duas décadas de presença militar estrangeira. No Afeganistão, ficaram cerca de duas centenas de norte-americanos que o Pentágono admitiu não ter conseguido retirar a tempo.

Vinte anos, uma fatura no valor de mais de US\$ 2 bilhões, mais de 170 mil mortos - incluindo mais de 40 mil civis - e os talibãs celebram a volta ao poder. Termina assim a mais longa das guerras dos Estados Unidos, iniciada logo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Washington derrubou o regime talibã em

dezembro de 2001, depois de ele ter se recusado a entregar Osama bin Laden, então líder da Al-Qaeda.

“Começou um novo capítulo do envolvimento da América com o Afeganistão. Vamos lidar com a nossa diplomacia. A missão militar terminou”, disse o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken.

Últimos soldados dos EUA deixam o Afeganistão após quase 20 anos



A retirada aérea de emergência chegou ao fim antes do prazo estabelecido pelo presidente dos EUA, Joe Biden.

Os Estados Unidos anunciaram, segunda-feira (30), a conclusão da saída de suas forças do Afeganistão após uma caótica

missão de retirada aérea, quase 20 anos depois da invasão do país em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001.

Mais de 122 mil pessoas foram retiradas de Cabul desde 14 de agosto, um dia antes de o Talibã - que em 2001 abriga-

va o grupo militante Al Qaeda, que foi responsabilizado pelos ataques em Nova York e Washington - retomar o controle do país.

O principal diplomata dos EUA no Afeganistão, Ross Wilson, estava no último voo de um avião C-17 dos EUA, disse o general Frank McKenzie, chefe do Comando Central dos EUA, em uma coletiva de imprensa do Pentágono.

A retirada aérea de emergência chegou ao fim antes do prazo de terça-feira (31) estabelecido pelo presidente dos EUA, Joe Biden, que herdou um acordo de retirada de tropas feito com o Talibã por seu antecessor Donald Trump e decidiu no início deste ano concluir a retirada.

Os Estados Unidos e seus aliados ocidentais lutaram para salvar cidadãos de seus próprios países, bem como tradutores, funcionários de embaixadas locais, ativistas de direitos civis, jornalistas e outros afeitos vulneráveis a represálias do Talibã.

Fim da retirada do Afeganistão encerra guerra mais longa da história dos EUA

Os vestígios da presença dos EUA no Afeganistão acabaram na segunda-feira, 30, após a partida do último voo militar do aeroporto de Cabul. Com a conclusão da retirada de suas tropas, os EUA deixam o país sob controle total do Taleban e encerram a guerra mais longa de sua história. Nos últimos dias, o alto comando militar americano disse que os EUA continuariam com a retirada até terminar o prazo de 31 de agosto. No entanto, as operações foram encerradas 24 horas antes. O último avião deixou Cabul pouco antes da meia-noite, no horário local (tarde de ontem no Brasil).

“Estou aqui para anunciar que completamos nossa retirada

do Afeganistão”, afirmou o general Kenneth McKenzie, pouco após a meia-noite do dia 31 em Cabul. Ele mencionou ainda as baixas de 2.461 civis e militares, além de mais de 20 mil feridos. A data foi estabelecida como limite pelo presidente dos EUA, Joe Biden, em acordo com o comando do Taleban, que assumiu o controle do aeroporto.

Em comunicado, Biden voltou a defender a retirada. “Nos últimos 17 dias, nossas tropas realizaram a maior retirada aérea da história dos EUA, resgatando mais de 120 mil americanos, cidadãos de países aliados e afeitos”, escreveu o presidente. “Terminar a missão como planejado foi a recomendação unânime

do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e de todos os nossos chefes militares.”

Zabihullah Mujahid, principal porta-voz do grupo, celebrou com uma mensagem no Twitter. “O último ocupante americano retirou-se do (aeroporto de Cabul) e nosso país ganhou sua independência total”, escreveu. “Louvor e gratidão a Deus.”

Centenas de pessoas ainda esperam na parte de fora do aeroporto, todas mantidas à distância por combatentes do Taleban. Cerca de 1,2 mil foram retiradas ontem de avião de Cabul, segundo a Casa Branca. Isso deixa para trás entre 100 e 200 americanos, segundo o secretário de Estado, Antony Blinken,

além de 100 mil colaboradores afeitos, de acordo com estimativa do New York Times. Muitos são funcionários do governo anterior e intérpretes dos militares dos EUA, que aguardam um visto especial de imigrante.

Os EUA e outros 97 países disseram que continuarão a receber pessoas que fogem do Afeganistão e firmaram um acordo com o Taleban para permitir a passagem segura daqueles que planejam partir.

O negociador-chefe do grupo, Sher Mohamed Abas Stanekzai, disse que não impediria as pessoas de partir, independentemente de sua nacionalidade ou se trabalharam para os americanos durante a guerra.

Biden chama evacuação de ‘sucesso’ e comemora fim da guerra no Afegsnistão

Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden celebrou o fim da retirada das tropas americanas de Cabul, capital do Afeganistão, na noite de segunda-feira, 30., após uma missão a qual ele chamou de “sucesso extraordinário”, durante discurso nesta terça-feira. “Ontem à noite

em Cabul, os EUA terminaram seus 20 anos no Afeganistão, na guerra mais longa da nossa história”, disse o mandatário.

Para Biden, a escolha estava entre permitir que a guerra “escalasse” ou deixar o Afeganistão. A decisão pela retirada foi “baseada em recomendação

unânime de conselheiros civis e militares” do governo, afirmou.

Biden também comemorou a evacuação “à segurança” de 120 mil pessoas do Afeganistão. “Nenhuma nação jamais fez algo assim”, de acordo com ele, que afirmou estar comprometido em retirar os americanos que

ainda estão em Cabul, “se assim o quiserem”. Segundo Biden, o governo americano estava em contato com os americanos em Cabul desde março passado e, desde que a evacuação começou, mais cinco mil americanos mudaram de ideia e optaram por sair do país.

Nos EUA, Biden enfrenta maior índice de desaprovação desde sua eleição

Eleito com a promessa de normalizar a política americana após os quatro caóticos anos de governo Trump, o presidente Joe Biden conseguiu, ainda durante a campanha eleitoral, agregar o apoio de setores progressistas, moderados e anti-Trump em sua base de apoio, em uma espécie de coalizão que garantiu ao Partido Democrata não apenas a Presidência dos Estados Unidos, mas a maioria na Câmara e no Senado. Em um cenário político polarizado como o dos EUA, Biden conseguiu manter a avaliação positiva sobre seu governo nos primeiros meses de mandato - mas viu tudo ser posto em risco com a saída americana do Afeganistão e o domínio do país pelo Taleban, sua primeira grande crise. O número de america-

nos que desaprovam o governo Biden superou pela primeira vez o percentual de apoiadores do presidente nessa segunda-feira, 30 - mesmo dia que os EUA encerraram oficialmente sua retirada do Afeganistão -, de acordo com o índice de aprovação da Presidência americana calculado pelo site especializado em dados FiveThirtyEight.

A queda na popularidade de Biden - que chegou a ser 55,1% positiva em 22 de março, segundo o mesmo índice - vem na esteira da retirada apressada dos americanos de Cabul e na reconquista do Afeganistão pelo Taleban - grupo extremista retirado do poder pelos EUA em 2001, ainda no primeiro ano da ‘guerra ao terror’ lançada pelo então presidente George W. Bush.

UE diz ter atingido meta de vacinar 70% dos adultos contra covid-19

A Comissão Europeia informou ontem (31) que 70% da população adulta da União Europeia (UE) estão totalmente vacinados contra a covid-19, cumprindo a meta que foi estabelecida no começo do ano.

O anúncio marca a estratégia de vacinação da UE após um início lento, mas também aponta diferenças grandes entre países do bloco - alguns ultrapassam a meta de 70%, enquanto outros da região do leste, a mais pobre, estão muito atrás.

“Setenta por cento dos adultos da UE estão totalmente vacinados. Quero agradecer a muitas pessoas que tornaram essa grande conquista possível”, tuitou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Em janeiro, a comissão disse que “até o verão de 2021, Estados-membros deveriam ter vacinado um mínimo de 70% da população adulta”. Entendeu-se que cada um dos 27 países integrantes da UE deveria atingir a meta até setembro. Temendo não consegui-lo, muitos criticaram a comissão em reuniões internas, mostraram documentos vistos pela Reuters.

Agora, o bloco como um todo já vacinou 70% de sua população adulta, o que significa que pelo menos 255 milhões de pessoas já receberam ou as duas doses das vacinas da Pfizer/BionTech, AstraZeneca ou Moderna ou uma da Janssen, da Johnson & Johnson, de dose única.

África do Sul detecta nova variante do coronavírus e estuda mutações

Cientistas da África do Sul detectaram uma nova variante do novo coronavírus com diversas mutações, mas ainda não determinaram se ela é mais contagiosa ou capaz de superar a imunidade fornecida por vacinas ou uma infecção anterior.

A nova variante, conhecida com C.1.2, foi detectada primeiramente em maio e já se disseminou na maioria das províncias sul-africanas e em sete outros países da África, Europa, Ásia e Oceania, de acordo com pesquisas ainda não submetidas à revisão da comunidade científica. Ela contém muitas mutações as-

sociadas a outras variantes com uma transmissibilidade acentuada e uma sensibilidade reduzida a anticorpos neutralizadores, mas estas ocorrem em uma mistura diferente, e os cientistas ainda não têm certeza de como elas afetam o comportamento do vírus. Testes de laboratório estão em andamento para determinar o quanto a variante é neutralizada por anticorpos.

A África do Sul foi o primeiro país a detectar a variante Beta, uma de somente quatro classificadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como “variantes de preocupação”.

PIB da Itália avança 2,7% no 2º trimestre ante trimestre anterior

O Produto Interno Bruto (PIB) da Itália cresceu 2,7% no segundo trimestre de 2021 ante o primeiro trimestre, segundo dados finais divulgados nesta terça-feira, 31, pelo instituto de estatísticas italiano Istat. O

resultado confirmou a estimativa inicial, publicada há cerca de um mês. Na comparação anual, o PIB italiano se expandiu 17,3% entre abril e junho, também como calculado originalmente.

China: PMI industrial cai de 50,4 em julho para 50,1 em agosto

O índice dos gerentes de compras do setor industrial da China (PMI, na sigla em inglês) recuou de 50,4 em julho para 50,1 em agosto, informou o Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês) do país. O resultado veio abaixo do esperado por analistas consul-

tados pelo Wall Street Journal, que estimavam que o indicador teria uma queda a 50,2. A marca dos 50 pontos separa expansão de contração.

Já o PMI de serviços chinês caiu de 53,3 em julho para 47,5 em agosto. Fonte: Dow Jones Newswires.

EUA têm queda de 10,5% na média diária de casos de covid; óbitos ainda sobem

Os Estados Unidos registraram queda de 10,5%, a 129.418, na média diária de casos de covid-19 nos últimos sete dias em relação a igual período anterior, segundo informou ontem, a diretora do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC, na sigla em inglês), Rochelle Walensky, durante coletiva de imprensa. A média diária de mortes pela doença, porém, segue em alta e subiu 2,3%, a 896, segundo a mesma base de

comparação. Já a admissão de pacientes que contraíram o coronavírus recuou 4,8% no período, a 11.533, disse Walensky.

Segundo o coordenador da força-tarefa da Casa Branca no combate à pandemia, os EUA vacinam em média cerca de 900 mil americanos por dia no momento, número que representa aumento de 80% em relação à média de doses aplicadas diariamente em meados de julho, que era de cerca de 500 mil.

CONTEXTO JURÍDICO

Justiça do Rio condena viúva e PM por morte de embaixador grego

A viúva do embaixador grego Kyriakos Amiridis, Françoise de Souza Oliveira, e o policial militar Sérgio Gomes Moreira Filho foram condenados pela morte do embaixador grego ocorrida em 2016. França foi condenada a 31 anos de reclusão e Sérgio, a 22 anos, inicialmente em regime fechado. Eduardo Moreira Tedeschi de Melo, parente de Sérgio, foi absolvido da acusação de homicídio, mas condenado por ocultação de cadáver a um ano de reclusão, em regime aberto. Eduardo já cumpriu sua pena.

A decisão é do Conselho de Sentença da 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O julgamento teve duração de três dias e

foi presidido pela juíza Anna Christina da Silveira Fernandes. No total, foram ouvidas 18 testemunhas.

“As circunstâncias do crime são atípicas, vez que ele foi executado durante a época das festas natalinas, onde há uma natural aproximação das famílias, sendo que, nesse caso, esta família foi esfacelada diante de uma brutalidade que mais se aproxima a um ato bestial”, escreveu a juíza na decisão.

De acordo com a denúncia do Ministério Público estadual, Françoise, viúva do embaixador, planejou, com o amante e policial militar Sérgio Gomes, o assassinato de Kyriakos. O policial teria sido ajudado por Eduardo.

Mantida quebra de sigilo fiscal de 16 empresas ligadas ao deputado Ricardo Barros

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a quebra do sigilo fiscal de 16 empresas, com sede em Curitiba (PR) e Maringá (PR), das quais o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) é sócio, determinada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. A relatora reafirmou o dever de manter confidencialidade dos documentos, cujo acesso deverá ficar restrito ao deputado, a seus advogados e aos senadores integrantes da comissão.

Devassa - No Mandado de Segurança (MS) 38180, as empresas alegam que a quebra de sigilo desde 2016 representaria uma tentativa de devassa de dados sigilosos durante período que não tem relação temporal com o objeto da CPI, que

apura ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia. Sustenta, ainda, que o objetivo da medida seria verificar se haveria transferência de recursos ou relacionamento comercial entre as pessoas jurídicas que têm Ricardo Barros como sócio e a empresa Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda., que era a representante legal da vacina indiana Covaxin no Brasil, que estava sendo negociada com o Ministério da Saúde.

Ao manter a quebra de sigilo, a ministra observou que uma CPI legalmente formalizada, por expressa autorização constitucional, tem poderes para determinar, entre outras medidas, a quebra de sigilo bancário, telefônico e telemático.

Ministro Lewandowski admite participação de Goiás em ação que contesta distribuição de vacinas

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), admitiu o Estado de Goiás como terceiro interessado (amicus curiae) na Ação Cível Originária (ACO) 3518, em que o Estado de São Paulo questiona a alteração na sistemática de distribuição das vacinas pelo Ministério da Saúde. O relator negou, no entanto, pedido de cassação da liminar em que determinou à União que remeta a São Paulo as vacinas necessárias à imunização complementar das pessoas que já tomaram a primeira dose.

Segunda dose - Em liminar concedida em 17/8, o ministro ordenou a remessa da segunda dose de vacinas a São Paulo, dentro do prazo estipulado pelos fabricantes e pela Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ele argumentou que a alteração dos critérios de distribuição de vacinas pelo Ministério da Saúde sem informação prévia pode comprometer os esforços do estado para tornar efetiva a cobertura vacinal de sua população.

Participação colaborativa - Lewandowski julgou incabível o pedido feito por Goiás de reconsideração dessa decisão. Segundo ressaltou, a jurisprudência do Supremo é de que a participação do amigo da corte no processo é meramente colaborativa e não abrange a formulação de requerimentos, a apresentação de pedidos de reconsideração ou a interposição de recursos (artigo 138, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil).

Ministra Rosa Weber suspende reintegração de empregados de organização social do ABC paulista

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu liminarmente decisão da Justiça do Trabalho que condenou a Fundação do ABC - Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo (SP) a reintegrar empregados ao seu quadro de funcionários, sob pena de pagamento de multa diária. Segundo a ministra, a decisão afronta julgado do Plenário da Corte que definiu questões administrativas atinentes às relações entre as organizações sociais e o Estado.

A decisão, proferida na Reclamação (RCL) 48989, ajuizada pela fundação, tornou sem efeitos a determinação do juízo da 4ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo em ação trabalhista

ajuizada pelos funcionários. De acordo com o juiz trabalhista, os empregados, por terem prestado concurso público, teriam direito à estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal.

Entidades de direito privado - Ao suspender a ordem, a ministra Rosa Weber apontou a diferença entre as fundações públicas instituídas por lei, que integram a administração direta, e as que têm natureza de direito privado, como a Fundação do ABC, criada por lei para prestar serviços na área de saúde, com no mínimo 60% de atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). A ABC é certificada como entidade beneficente de assistência social, o que a caracteriza como organização social.

STF institui Programa de Combate à Desinformação para enfrentar fake news e discursos de ódio contra a Corte

Com a finalidade de enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação e pelas narrativas odiosas à imagem e à credibilidade da instituição, de seus membros e do Poder Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, instituiu o Programa de Combate à Desinformação (PCD) no âmbito do Tribunal. No texto da Resolução 742/2021, o presidente enfatizou que a desinformação “mina a confiança nas instituições e prejudica a democracia” ao comprometer a capacidade dos cidadãos de tomarem decisões bem informadas, com impactos sociais, políticos, econômicos e jurídicos de cunho negativo.

O combate ao discurso de ódio contra instituições públicas e contra grupos sociais, diz o texto, revigora a promoção do pluralismo, da diversidade e do respeito aos direitos humanos; sem deixar de observar a máxima proteção ao direito à liberdade de expressão e de crítica.

O ato normativo foi editado em harmonia com o sistema de proteção das liberdades de comunicação, previsto na Constituição Federal de 1988, e com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que determina que toda pessoa possui o direito a informações e ideias de toda natureza, mas ressalva a necessidade de coibir apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à



O programa, criado por resolução do presidente da Corte, ministro Luiz Fux, buscará enfrentar os efeitos negativos provocados pela desinformação usando estratégias proporcionais e democráticas.

discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

Programa de Combate à Desinformação - O PCD será gerenciado por um comitê gestor, liderado pelo secretário-geral da Presidência, Pedro Felipe de Oliveira Santos, e será executado em dois eixos. Uma por meio da atuação organizacional, com ações de organização interna, como a definição das atribuições; reuniões periódicas para monitoramento dos resultados; o aperfeiçoamento de recursos tecnológicos para identificação mais célere de práticas de desin-

formação e discursos de ódio e a aproximação do grupo gestor com instituições públicas e privadas que atuam no combate à desinformação.

No segundo eixo, o programa focará em ações de comunicação que envolverão a capacitação não apenas de servidores, funcionários terceirizados, mas de jornalistas profissionais e influenciadores digitais para a identificação de práticas de desinformação e discursos de ódio e as formas de atuação para combatê-las.

O Supremo atuará para con-

testar boatos ou desmentir notícias falsas sobre a Corte ou seus integrantes, com a publicação de notícias em página especial denominada #VerdadesdoSTF. Adotará também ações constantes de comunicação, com materiais para públicos diversos, com a finalidade de disseminar informações verdadeiras.

A resolução prevê a possibilidade de parcerias para a execução das ações, mediante acordos de cooperação técnica, com instituições públicas e privadas, entidades e empresas com atuação no ramo.

Ministro Fachin concede prazo para conclusão de inquéritos contra senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho



Fachin concedeu à Polícia Federal o prazo de 60 dias para a realização das diligências pendentes.

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu à Polícia Federal o prazo de 60 dias para a realização das diligências pendentes para a conclusão dos Inquéritos (INQs) 4832 e 4833, que apuram o suposto repasse

indevido de valores aos senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Jader Barbalho (MDB-PA) decorrentes de contratações públicas.

O INQ 4832 investiga supostos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro

por parte de Renan Calheiros relacionados ao suposto pagamento de vantagens indevidas em razão da construção de embarcações do Estaleiro Rio Tietê. Já no INQ 4833, ele e Barbalho são investigados pelos mesmos crimes em decorrên-

cia de supostos pagamentos a membros da cúpula do MDB do Senado no esquema de contratações fraudulentas celebradas pela Transpetro.

A Polícia Federal solicitou a dilação de prazo para a realização das diligências pendentes para a conclusão do inquérito. Em manifestação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o pedido, por considerar que há fatos a serem elucidados e diligências indispensáveis à conclusão do inquérito.

Cisão - Os fatos apurados nos inquéritos estão inseridos na investigação inicialmente conduzida pela PGR nos autos do INQ 4215, instaurado para apurar esquema de corrupção, de caráter marcadamente político, no âmbito Transpetro, em que seriam feitos repasses de propina a diversos agentes políticos e que teriam por finalidade a manutenção de Sérgio Machado na Presidência da estatal.

A PGR requereu a cisão do INQ 4215, com a adoção de diversas providências relacionadas a fatos não contidos na denúncia.

STF afasta imunidade de jurisdição da Alemanha em caso de pescador atacado por submarino durante a 2ª Guerra

O Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu o recurso de familiares de um pescador que pretendem que a República Federal da Alemanha os indenize pela sua morte, em 1943, quando um barco pesqueiro foi afundado por um submarino alemão na costa brasileira. Por maioria, no julgamento do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 954858, com repercussão geral (Tema 944), o Plenário fixou a tese de que Estados estrangeiros que pratiquem atos em violação aos direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição no Brasil e podem responder judicialmente por eles.

Guerra - O ataque ao barco pesqueiro Changri-lá matou dez pescadores em julho de 1943, durante a II Guerra Mundial, em mar territorial brasileiro, nas proximidades de Cabo Frio (RJ). Em 2001, o Tribunal Marítimo reconheceu, oficialmente, que a causa do naufrágio fora o torpedeamento da embarcação

pelo submarino U-199 alemão, levando os netos e as viúvas dos netos de um dos pescadores a ajuizar, em 2006, a ação de ressarcimento de danos materiais e morais. Na primeira instância, a ação de reparação foi extinta sem resolução de mérito, pois o juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro declinou de sua competência. A família recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas o recurso não foi admitido com base na jurisprudência daquela Corte, que impede a responsabilização de Estado estrangeiro por ato de guerra.

Direito ao acesso à Justiça - No recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, a família do pescador sustentou que deve ser considerada a submissão expressa da Alemanha, por tratados internacionais, à jurisdição do local onde foram praticados os crimes de guerra e contra a humanidade durante o regime nazista.

2ª Turma do STF: tribunais devem informar cumprimento de decisão sobre prisão domiciliar a pais de menores de 12 anos

Por unanimidade, na sessão virtual finalizada em 27/8, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que todos os tribunais do país apresentem, em 30 dias, relatório sobre as medidas adotadas para o cumprimento da decisão tomada do Habeas Corpus (HC) 165704, impetrado pela Defensoria Pública da União (DPU).

Em 20/10/2020, a Turma estabeleceu a substituição da prisão cautelar por domiciliar dos pais e responsáveis por crianças menores de 12 anos e por pessoas com deficiência, desde que cumpridos os requisitos previstos no artigo 318 do Código de Processo Penal (CPP).

Também foi marcada audiência, a ser realizada em 27/9, a partir das 9h, de forma virtual, para monitoramento direto do cumprimento da ordem pelos Tribunais de Justiça

do Amazonas, do Ceará, do Distrito Federal e Territórios, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Segundo o relator do HC, ministro Gilmar Mendes, essas cortes apresentam problemas mais sérios de superlotação e violação de direitos, que já foram inclusive objeto de decisões do STF e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Dificuldades - No voto em que apresenta as providências, o ministro afirmou que as informações apresentadas na audiência pública para debater o sistema prisional, realizada em junho deste ano, demonstraram a importância de se prosseguir com a fase de monitoramento e implementação do habeas corpus coletivo, diante dos graves problemas relatados e das dificuldades dos tribunais no cumprimento da ordem.

LEIS & PROJETOS

Comissão aprova projeto que favorece inserção cultural das pessoas idosas

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 7349/17, que favorece a inserção e a participação cultural dos idosos.

O texto, apresentado pelo ex-deputado Lúcio Vale (PA), insere dispositivos no Estatuto do Idoso.

O relator, deputado Dr. Frederico (Patriota-MG), recomendou a aprovação. “A ideia, meritória, já foi inclusive apreciada nesta comissão”, observou. O relator lembrou a aprovação, em junho, de texto idêntico (PL 175/19). “Reconhecendo a relevância, o deputado Igor Timo (Pode-MG) reapresentou-a”, explicou.

Segundo Dr. Frederico, o acesso à cultura deve ser legalmente garantido aos idosos. “Para as políticas públicas e para as instituições cuidadoras, trata-se de um pequeno investimento, porém com grande impacto na qualidade de vida deles, possivelmente com a redução na necessidade de tratamentos de saúde.” Entre outras medidas, o texto prevê que serão oferecidos progra-



Dr. Frederico: acesso à cultura deve ser garantido aos idosos.

mas especiais de alfabetização e de atualização do letramento para facultar às pessoas idosas amplo acesso a ações culturais e educacionais. O poder público deverá apoiar iniciativas nacionais, como prêmios, para incentivar a inclusão cultural delas. A proposta também es-

timula o acesso das pessoas idosas de baixa renda a recursos informáticos e tecnológicos, como forma de ampliar a participação nas diversas situações cotidianas e, especialmente, a fim de evitar que esse público seja vítima, por exemplo, de fraudes em com-

putadores e caixas eletrônicos.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto já foi aprovado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Educação.

Governo edita MP que institui o marco legal do transporte ferroviário

O presidente Jair Bolsonaro editou, segunda-feira (30), uma medida provisória (MP) que institui o novo marco legal do transporte ferroviário. De acordo com a Secretaria-Geral da Presidência da República, o texto muda o atual regime jurídico do setor, permitindo que a construção de novas ferrovias seja feita por meio de uma autorização simplificada. No atual sistema, as ferrovias são consideradas de domínio público e só podem ser operadas por um parceiro privado em regimes de concessão ou permissão, via licitação, para construção e exploração de trechos.

De acordo com a MP, também poderá ser autorizada a exploração de trechos sem operação, devolvidos, desativados ou ociosos. No caso de um interessado pretender construir uma ferrovia somente em áreas privadas obtidas sem a necessidade de desapropriação, o procedimento poderá ser ainda mais simplificado, bastando um registro do projeto na Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). “Segundo dados

do Ministério da Infraestrutura, a atual extensão da malha ferroviária nacional é semelhante àquela existente em 1922, cerca de 29 mil quilômetros. Descontados os trechos subutilizados, chega-se a uma extensão próxima aos níveis de 1910, cerca de 20 mil quilômetros, e a um volume transportado semelhante ao de meados da década de 1990. A modalidade de concessão, forma pela qual o serviço de transporte ferroviário é prestado atualmente, tem se revelado incapaz de promover todos os investimentos necessários ao desenvolvimento do setor”, informou a pasta, em nota. Outra mudança trazida pela MP, segundo o governo, é a simplificação do procedimento para prestação do serviço de transporte ferroviário como Operador Ferroviário Independente. Após apresentação de documentação exigida pela ANTT, a autorização será expedida automaticamente. Nas ferrovias públicas, além do modelo atual de outorga por concessão, será permitida a outorga de forma mais simplificada, por permissão.

Obrigatoriedade da oferta de Libras na educação básica passa na CDH

A Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) aprovou, segunda-feira (30), projeto que torna obrigatória a oferta de ensino da língua brasileira de sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O PL 6.284/2019, do senador Romário (PL-RJ), teve parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) e segue agora para análise da Comissão de Educação do Senado (CE).

O texto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9.394, de 1996). De acordo com o projeto, as instituições públicas e privadas de ensino deverão oferecer a Libras como língua de comunicação para todos os estudantes surdos, em todos os níveis e modalidades da educação básica.

As condições para isso serão definidas nos regulamentos dos sistemas de ensino, que deverão prever a necessidade de professores bilíngues, tradutores e intérpretes, além de tecnologias de comunicação em Libras. Os regulamentos também deverão tratar do acesso ao aprendizado da Libras da comunidade estudantil ouvinte (não surda) e dos pais ou responsáveis pelos alunos que tenham deficiência auditiva.

Segundo o projeto, os sistemas de ensino terão prazo de três anos para implementar as exigências estabelecidas na nova lei.

Legislação existente - Romário ressalta que a Lei 10.436, de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais, reconhece que ela é uma forma de comunicação e expressão - o que, segundo ele, já é um importante passo para a inclusão social das pessoas com surdez. Para o senador, no entanto, essa previsão não é suficiente para garantir a inclusão, porque a eficácia da norma depende muito da forma como o poder público a coloca em prática.

Romário destaca que o Decreto 5.626, de 2005, prevê a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia. Além disso, a Lei 13.146, de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e como Estatuto da Pessoa com Deficiência, determina que os governos ofertem educação bilíngue, com Libras como primeira língua e a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas. Mas o senador argumenta que a inclusão social precisa avançar para além dos limites da escola e das comunidades surdas. “E isso só será possível quando qualquer cidadão ouvinte também for capaz de se comunicar com as pessoas surdas por meio da Libras”, explica.

CMA avalia projeto que obriga condomínio a treinar moradores para coleta seletiva

A Comissão de Meio Ambiente do Senado (CMA) tem reunião deliberativa hoje (1º), a partir das 10h, com três projetos de lei na pauta.

Entre eles, está o PL 6.044/2019, do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que obriga os condomínios localizados em bairros com coleta seletiva a treinar os moradores e funcionários para a separação adequada do lixo.

O autor destaca os benefícios sociais, econômicos e ambientais da coleta seletiva, mas lembra que moradores, comerciantes e funcionários nem sempre fazem adequadamente suas tarefas, o que resulta em resíduos que dificilmente poderão ser reciclados.

O relator, senador Confúcio Moura (MDB-RO), mostrou-se favorável à proposta.

“Ao obrigar os condomínios a darem capacitação a condôminos e funcionários, estamos impondo um dever jurídico

cujo descumprimento traria potencialmente pesadas sanções, como sujeição do condomínio (ou até da pessoa do síndico) a multas administrativas e a indenizações por dano moral coletivo”, destacou.

Lixo plástico - Outro projeto do senador Veneziano Vital do Rêgo na pauta é o PL 1.405/2019, que pretende coibir a poluição de lixo plástico nos oceanos a partir de embarcações, sujeitando o comandante à suspensão do certificado de habilitação e multa.

Na sua justificativa, o autor lembra que a poluição das águas por plástico é um grave problema ambiental e aponta que, anualmente, são lançados nos oceanos cerca de 8 bilhões de toneladas desses resíduos. O relator, Otto Alencar (PSD-BA), já elaborou voto favorável à proposta, mas alterou a redação original para punir o lançamento de qualquer resíduo sólido, não apenas de lixo plástico.

Projeto cria programa de combate à pandemia com doações de cidadãos e empresas



Carmen Zanotto, autora da proposta.

O Projeto de Lei 1039/21 cria uma programa nacional para incentivar pessoas físicas e empresas a fazerem doações ao Ministério da Saúde para reforçar o combate à pandemia da Covid-19 no País.

Segundo o texto, em análise na Câmara dos Deputados, poderão ser deduzidos os valores doados por pessoas

físicas e jurídicas ao Programa Nacional de Combate à Pandemia (Procop), criado pelo projeto, até o limite de 1% do total devido no ano-calendário de 2021. Poderão ser doados bens imóveis ou valores em espécie.

“Sem a participação efetiva da sociedade civil organizada através das pessoas jurídicas e físicas, da população

em geral enfim, quaisquer atitudes do Poder Público, seja em que esfera for, será precária”, avalia a autora do projeto, deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

A deputada destaca que o projeto tem origem em proposta apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, FIESC, em conjunto com a Associa-

ção Catarinense de Médicos (ACM). “Nada mais justo do que a criação de um programa que possa incentivar ainda mais a doação de valores por pessoas físicas e jurídicas, direcionando da arrecadação federal recursos para esse imprescindível programa de combate à pandemia”, acrescentou.

O projeto estabelece ainda que as doações deverão ser depositadas na conta do Procop, cujo titular será o Ministério da Saúde, a quem caberá emitir recibo em favor do doador, de acordo com regulamento definido pelo Ministério da Economia.

O Procop, cujas ações serão realizadas pelo Ministério da Saúde, atuará na prevenção e no combate à Covid-19 por meio da aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos e EPIs; da contratação de profissionais e de serviços de saúde; e da veiculação de material informativo de importância social.

Tramitação - O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Projeto regulamenta a atividade dos agentes de reciclagem e de material reciclável

O Projeto de Lei 2006/21 regulamenta a atividade dos agentes de reciclagem, incluindo medidas de proteção à saúde desses profissionais.

O texto, que tramita na Câmara dos Deputados, também prevê incentivos fiscais para estimular a sociedade civil a separar o lixo reciclável.

A proposta define o agente de reciclagem como aquele que cata, seleciona e vende materiais recicláveis, como papel, papelão, vidro, ferro e matérias recicláveis. A profissão poderá ser exercida de forma autônoma, por meio de cooperativa ou associação ou ainda como empregado em entidade do segmento de reciclagem.

“Ao regulamentar a profissão dos agentes de reciclagem e de material reciclável, o projeto atende aos anseios dos trabalhadores e da indústria de reciclagem, sem falar que proporcionará maior segurança jurídica à atividade, melhorará as condições de trabalho dos profissionais e promoverá a inclusão social dos que atuam hoje como catadores”, diz o autor, deputado Nereu Crispim (PSL-RS).



Nereu Crispim: “Projeto atende aos anseios dos trabalhadores e da indústria de reciclagem”.

Incentivos - O texto obriga o Poder Executivo a criar, dentro de 180 dias a após a publicação da nova lei, políticas de incentivo e de apoio à criação de cooperativas de agentes de reciclagem. A política deverá conter ações de apoio técnico desen-

volvidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), campanhas de esclarecimento da população sobre a importância da reciclagem e incentivos fiscais para pessoas e empresas que contratarem o trabalho de cooperativas

de agentes de reciclagem e que implementem programas na área. O projeto também cria um o sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas (5%), para atender aos trabalhadores de baixa renda.

GERAL

Negro tem 2,6 vezes mais risco de ser assassinado no Brasil, diz Atlas

Um negro tem 2,6 vezes mais risco de ser assassinado no Brasil do que as outras pessoas. Na maior parte dos casos de homicídio, a vítima também é jovem. Os dados constam do Atlas da Violência 2021, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), divulgado ontem, 31.

A análise foi feita com base em registros reunidos pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Por ter metodologia e abrangência nacional, o banco de dados é historicamente considerado a principal fonte para medir indicadores de violência no País e avaliar o perfil das vítimas. Como a pesquisa retroage dois anos, os resultados trazidos nesta edição do Atlas são referentes aos dados de 2019.

A discrepância entre o risco de morte de negros e brancos vem em um patamar elevado ao menos desde 2008, segundo os dados. Em 2018, por exemplo, o indicador estava em 2,7.

Naquele ano, o SIM apon-tou 45.503 assassinatos prati-cados no Brasil, o equivalente a uma taxa geral de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. O índice representa um recuo de 21,4% em relação às 57.956 ocorrências do ano anterior. Pesquisadores alertam, no en-tanto, sobre a queda na quali-dade desse banco de dados a partir de 2018, quando co-meçou a haver aumento im-portante de mortes violentas registradas com “causa inde-terminada”.

Na prática, isso pode redu-zir artificialmente o número de homicídios e prejudicar com-parações com a série histórica. Foi a primeira vez, por exem-plo, que o índice da Saúde fi-cou abaixo do total de casos registrados pelas polícias -- a outra forma de medir homicí-dios. Em 2019, as delegacias notificaram 47.742 mortes violentas.

Ainda assim, os assassina-tos continuam como a princi-pal causa de mortalidade entre jovens, sendo responsável por 39 a cada 100 óbitos notifica-dos. Ao todo, 23.327 vítimas da violência tinham entre 15

e 29 anos, ou 51,3% dos re-gistros, o que representa uma média de 64 casos por dia, de acordo com o balanço.

“Nos últimos 11 anos, 333 mil adolescentes e jovens fo-ram assassinados, é uma ge-ração inteira que a gente está jogando fora. Além do custo emocional, da tragédia hu-mana que isso representa, há o impacto econômico para o País”, analisa Samira Bueno, uma das coordenadoras do es-tudo.

O Atlas indica, ainda, que 75,7% das vítimas de homi-cídio em 2019 eram negras (a soma de pretos e pardos, de acordo com a definição do IBGE). Para medir a exposi-ção do grupo à violência, os pesquisadores calculam a taxa de casos em relação à popu-lação específica e comparam os resultados. Dessa forma, o cálculo desfaz possíveis dis-torções provocadas por dife-renças demográficas.

Segundo o levantamento, a taxa de assassinatos entre ne-gros chegou a 29,2 para cada 100 mil habitantes em 2019, índice menor se comparado a anos anteriores, mas acima da média nacional. Já para bran-cos, indígenas e amarelos, os “não negros”, o indicador fi-cou em 11,2 casos por 100 mil.

A presença do que os pes-quisadores chamam de “viés racial entre as mortes violentas” é um fenômeno observado pelo menos desde a década de 1980 no País. Foi nesse perio-do que o Brasil começou a vi-venciar aumento das taxas de homicídios. Em geral, a ten-dência de assassinatos passou a se inverter a partir dos anos 2000, com o envelhecimento da população, a introdução de políticas públicas em alguns Estados e o Estatuto do Desar-mamento.

Os impactos do recuo glo-bal, entretanto, reflete menos entre negros. Entre 2009 e 2019, as taxas de homicídio caíram 20,3% no Brasil, mas para pretos e pardos a queda na última década foi de 15,5%. Enquanto isso, os assassina-tos diminuíram 30,5% entre brancos, amarelos e indíge-nas. “Embora a violência letal tenha um arrefecimento, fica claro que o benefício se traduz apenas para um parcela da po-pulação”, afirma Samira.

MPF recorre e pede condenação de blogueiro bolsonarista por ameaçar Barroso

O Ministério Público Fe-deral recorreu da decisão que rejeitou denúncia apresenta-da contra o blogueiro bolsonaris-ta Allan dos Santos, criador do canal Terça Livre, por ameaças feitas ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral Luis Roberto Barroso e incitação ao crime. Na peça enviada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região segunda-feira, 30, a Procura-doria sustenta que a ameaça a Barroso ficou “clara” e que Allan agiu de forma criminosa ao veicular promessas de violência a uma autoridade.

O recurso do MPF no Distri-to Federal foi apresentada con-tra decisão dada na terça-feira passada, 24, pela juíza Pollyana Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, da 12ª Vara Federal Cri-minal do DF.

No despacho, a juíza disse que declarações do blogueiro não configuram “ameaças sólidas” e que “um magistrado não pode nem deve ser facilmente intimidado”.

A Procuradoria argumenta que tais fundamentos apresenta-dos pela juíza não se sustentam, considerando que o próprio mi-nistro representou contra Allan. Segundo o MPF, tal situação de-monstra a intimidação causada pela fala do blogueiro.

“Em meio a tanta tensão po-lítica ocorrida no País nos últi-mos anos, qualquer instigação mais enérgica propagada por pessoas com grande influência nas mídias sociais da internet, como o caso de Allan dos San-tos, facilmente serve de estímulo para que terceiros cheguem às vias de fato e concretizem as

agressões e violências sugeridas no discurso”, registra trecho do recurso.

O MPF ainda rechaçou a ideia de que as falas de Allan tenham sido proferidas por im-pulso ou em momento em que os ânimos estivessem exaltados. “O blogueiro gravou um vídeo, editou e postou na internet. Teve tempo para premeditar se iria ou não divulgar, bem como se reti-raria do ar tais falas, caso perce-besse em seguida que as havia proferido no ímpeto das suas emoções”, apontou a Procura-doria em nota.

As declarações contra o mi-nistro estão registradas em um vídeo publicado pelo blogueiro em seu canal no Youtube em no-vembro. Na gravação, Allan dos Santos diz: “Tira o digital, se você tem culhão! Tira a porra do

digital, e cresce! Dá nome aos bois! De uma vez por todas Bar-roso, vira homem! Tira a porra do digital! E bota só terrorista! Pra você ver o que a gente faz com você. Tá na hora de falar grosso nessa porra!”.

De acordo com a Procura-doria, o crime incitado por Allan ‘pode ser facilmente identifica-do’ no trecho em que diz: ‘Pra você ver o que a gente faz com você’.

“Por mais que não esteja de forma explícita e detalhada qual será a atitude que Allan dos San-tos irá realizar, caso a ameaça se concretize, é possível inferir-se que, no mínimo, trata-se de uma lesão corporal contra o ministro do STF”, afirma o MPF. Os pro-curadores dizem que é ‘patente’ a incitação causada pelo bolso-narista.

PGR apresenta denúncia contra Roberto Jefferson

A subprocuradora da Repú-blica Lindôra Araujo apre-sentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) denúncia con-tra o ex-deputado federal e presidente do PTB Roberto Jefferson. Na peça, a subpro-curadora cita que Jefferson cometeu crimes previstos na Lei de Segurança Nacional e de homofobia durante uma entrevista a uma emissora de rádio. O documento foi assi-nado no dia 25 de agosto.

A subprocuradora tam-bém pediu que o STF analise o pedido de prisão domiciliar feito pela defesa do ex-depu-tado e a possibilidade de que o caso seja julgado por outra instância já que Jefferson não tem foro privilegiado na Cor-te.

No dia 13 de agosto, a Polícia Federal (PF) prendeu Roberto Jefferson. Os agen-tes cumpriram mandado ex-pedido pelo ministro do Su-premo Alexandre de Moraes. A prisão foi justificada após publicações de supostos ata-ques aos ministros da Corte nas redes sociais do ex-deputado. Na semana passada, Lindôra Araujo deu parecer favorável ao pedido de prisão domiciliar.



A subprocuradora também pediu que o STF analise o pedido de prisão domiciliar feito pela defesa do ex-deputado.

No habeas corpus, os ad-vogados informaram que o ex-parlamentar tem estado de saúde frágil e o sistema

penitenciário não tem condi-ções de oferecer tratamento adequado de saúde. A Agên-cia Brasil entrou em contato

com a defesa do ex-parla-mentar e aguarda um posi-cionamento para incluir na matéria.

MERCADO DE TRABALHO

Trimestre encerrado em junho/21



TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)

Out-Nov-Dez/20	13,9
Nov-Dez-Jan/21	14,2
Dez- Jan-Fev/21	14,4
Jan-Fev-Mar/21	14,7
Fev-Mar-Abr/21	14,7
Mar-Abr-Mai/21	14,6
Abr-Mai-Jun/21	14,1

RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL (R\$)

Out-Nov-Dez/20	2.528
Nov-Dez-Jan/21	2.521
Dez- Jan-Fev/21	2.573
Jan-Fev-Mar/21	2.511
Fev-Mar-Abr/21	2.532
Mar-Abr-Mai/21	2.547
Abr-Mai-Jun/21	2.515

FONTE | IBGE

INFOGRAFFO

Bolsonaro nomeia ao CNJ filho de ex-ministro do STJ que obteve registro da OAB em outubro de 2019

O presidente Jair Bolsonaro nomeou ontem, 31, o advogado Mário Nunes Maia como novo membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A publicação, feita no Diá-rio Oficial da União, ocorreu uma semana após a indicação ser aprovada no plenário do Senado. Conforme revelou o Estadão em outubro de 2020, o advogado, filho do ex-mini-stro Napoleão Nunes Maia, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), somente obteve registro na Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) em outubro de 2019. Com a nomeação, Mário Nunes Maia assume por dois anos a vaga de conselheiro des-tinada aos indicados da Câmara dos Deputados. Neste período, terá remuneração mensal de R\$ 37,3 mil, quase o teto do Judiciário.

Segundo o currículo que submeteu ao Senado, o ad-vogado, de 44 anos, tem três espe-cializações na área jurídica pela PUC Minas Gerais e, atualmen-te, cursa mestrado na Universi-dade de Lisboa.

Antes de atuar como advo-gado no Distrito Federal, fun-ção que passou a desempenhar em 2020, Mário Nunes Maia foi oficial de gabinete da Secreta-ria Geral no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), entre 2006 e 2007.

O documento também lista entre as atividades profissionais anteriores o cargo de assessor técnico da Procuradoria Geral de Justiça do Ceará, entre 2005 e 2006, e secretário da 1ª Câma-ra Cível do TJCE, entre 2000 e 2005.

SAIBA MAIS SOBRE...

Diabetes

O QUE É
Distúrbio causado pela falta absoluta ou relativa de insulina no organismo, que pode também ser incapaz de absorvê-la

16 milhões de brasileiros sofrem de diabetes

1. Insulina, hormônio essencial para o metabolismo de carboidratos, é produzida no pâncreas. Entra no sangue e ajuda a glicose a ser absorvida pelas células, onde será transformada em energia

2. Estômago transforma alimentos em glicose

3. A glicose entra nos vasos sanguíneos

4. Quando a insulina é insuficiente, a glicose é impedida de ser absorvida, o que provoca a elevação dos seus níveis no sangue, podendo causar diabetes

Estômago

Vasos sanguíneos

Gestacional
Durante a gravidez, a doença aparece ou é detectada pela primeira vez. Após o parto, pode persistir ou desaparecer

Tipo 1
As células do pâncreas, que normalmente produzem insulina, são destruídas. Por isso, a substância não é produzida

Tipo 2
O organismo produz insulina de forma inadequada. Pode ser controlado só com dieta ou com medicamentos. Mais comum em pessoas adultas, devido a fatores genéticos, hereditários e sedentarismo

A taxa de incidência da doença cresceu 61,8% nos últimos dez anos

O Brasil está em 4º lugar no ranking dos países com maior número de casos

FONTE: Federação Internacional de Diabetes, Ministério da Saúde

SINTOMAS

- Visão embaçada
- Sede em excesso
- Aumento do apetite
- Perda de peso
- Obesidade
- Urinar muitas vezes
- Infecções de pele e demora na cicatrização de feridas
- Desânimo e fadiga

COMPLICAÇÕES

- Cegueira
- Infarto do miocárdio
- Pressão baixa
- Hipertensão arterial
- Insuficiência renal
- Impotência sexual masculina
- Gangrena
- Infecções

PREVENÇÃO

- Alimentação equilibrada
- Prática de atividades físicas
- Monitorar periodicamente os níveis de glicemia no sangue

PUBLICIDADE LEGAL




Companhia Energética do Jari - Ceja

("Companhia")
CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62 - NIRE 35.300.175.620

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30/04/2021

e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal 418, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060; e (iii) Sr. **Carlos Alberto Rodrigues De Carvalho**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 15.963.800-8 SSP/SP, CPF/MF nº 073.319.238-62, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal 418, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060 para o cargo de **Conselheiro de Administração** e como seu suplente Sr. **Rodrigo Teixeira Egreja**, brasileiro, viúvo, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 25.413.662-X, CPF/MF nº 183.107.578-40, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Funchal 418, conjunto 2901, Vila Olímpia, CEP 04551-060.

5.3.2. Por indicação da acionista EDP Energias do Brasil: (i) Sr. **Luiz Otavio Assis Henriques**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.454.182 SSP/SP, CPF/MF nº 024.750.768-79, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, CEP 05069-900, para o cargo de **Conselheiro de Administração** e como seu suplente Sr. **Carlos Emanuel Baptista Andrade**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 1.699.133 SSP/PE, CPF/MF nº 364.349.064-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, CEP 05069-900; (ii) Sr. **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**, português, casado, engenheiro, portador do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº V21344-Y, CPF/MF nº 235.109.528-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, CEP 05069-900, para o cargo de **Conselheiro de Administração**, e como seu suplente Sr. **Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da cédula de identidade RG nº 719136-7, CPF nº 592.924.661-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, CEP 05069-900; (iii) Sr. **Clara Fonseca de Oliveira Mala e Castro**, portuguesa, casada, engenheira, portadora do Passaporte nº CB040093, residente e domiciliada no Porto, com endereço na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro 125 1º andar 4200-312, para o cargo de **Conselheira de Administração**, e como seu suplente Sr. **Daniel Shem Cheng Chen**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/SP 220.383, CPF/MF nº 294.224.888-26, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Mezanino, CEP 05069-900; **5.3.3.** Os Conselheiros ora eleitos, neste ato e/ou por declaração pública, tomaram ciência de suas eleições e a aceitaram, declarando não estarem incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis. **Em matéria extraordinária: 5.4.** Deliberaram que não haverá remuneração para a Administração nos termos do Estatuto da Sociedade, tendo em vista que os membros já exercem cargo em outras empresas das Acionistas e são remunerados por esta via. **5.5.** Como a abstenção da Acionista EDP - Energias do Brasil S.A. ("EDP"), aprovaram a celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento firmado entre a EDP e a Companhia, nas seguintes bases, nos termos da proposta arquivada na Companhia: " prazo: três meses, e vigência: 01/01/2021 à 31/12/2022, valor por ano: R\$600.345,96; • valor mensal: R\$50.029,62; • valor total: R\$ 600.345,96; • reajuste: anual; • indexador IPCA: 4,52% (janeiro/2020 a dezembro/2020); • valor 2020: R\$574.669,89. **5.6.** Aprovaram a alteração do endereço da sede social da Companhia, de Rua Gomes de Carvalho 1996, 10º andar, Sala 07, Vila Olímpia, CEP 04547-006, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para Rua Werner Von Siemens 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 22, Bairro Lapa de Baixo, CEP 05069-900, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **5.7.** Em decorrência do acima deliberado, aprovaram a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, de forma a adequar o novo endereço da sede social, passando a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na cidade de São Paulo - SP, na Rua Werner Von Siemens 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 22, Bairro Lapa de Baixo, CEP 05069-900, que é seu foro. " Página do Livro da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia Energética do Jari - Ceja realizada em 30.04.2021. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia, suspendeu a mesma pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após lida e aprovada, foi assinada por todos: São Paulo, 30/04/2021. Luiz Otavio Assis Henriques - **Presidente da Mesa**; Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho - **Secretário da Mesa**; **Adonias EDP - Energias do Brasil S.A.**, Fábio Williams Corti; Procurador; **China Three Gorges Brasil Energia Ltda;** e **Luiz Otavio Assis Henriques**: Diretor Presidente. Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original. **Luiz Otavio Assis Henriques** - Presidente da Mesa; **Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho** - Secretário da Mesa. JUCESP nº 426.328/21-8 em 26/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.




Jareissati Participações S.A.

CNPJ/ME nº 60.543.816/0001-93 - NIRE nº 35.300.027.248

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Jareissati Participações S.A. ("Jareissati" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a se realizar no dia 1º de outubro de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei, nº 200, 9º andar, Jardim Europa, CEP 01455-070, para deliberar as matérias constantes da seguinte ordem do dia: 1) Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, bem como o Manual de Governança, preferências, e direito de administração das ações ordinárias, detalhando as matérias, detalhando as matérias, e direito a dividendos ou outros proventos distribuídos em valores equivalentes a 3 (três) vezes aqueles a que farão jus as ações ordinárias, além de outras vantagens descritas no Estatuto Social; 2) Aprovar a conversão voluntária das ações ordinárias de emissão da Jareissati em ações preferências, na proporção de 3 (três) ações ordinárias para cada ação preferencial; 3) Aprovar a adesão da Companhia ao segmento específico de listagem do Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; 4) Aprovar a criação de programa de units, sendo que cada unit será composta por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferências de emissão da Jareissati; 5) Ratificar a nomeação e contratação da Meden Consultoria Empresarial Ltda. para preparar o laudo de avaliação das ações de emissão da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC") a serem incorporadas pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); 6) Discutir e aprovar o Laudo de Avaliação; 7) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da IESC, pela Companhia; 8) Aprovar a incorporação das ações de emissão da IESC, pela Companhia; 9) Aprovar o aumento do capital social a ser subscrito e integralizado pelos administradores da IESC, em favor dos seus acionistas, com a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; 10) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia para "Iguatemi S.A."; 11) Aprovar a ampla reforma do Estatuto Social para (i) conferir vantagens e direitos às ações preferências e ordinárias na forma do item 6 do Fato Relevante divulgado em 07 de junho de 2021; e (ii) adesão a práticas constantes do Regulamento do Novo Mercado, alteração da estrutura geral da administração e outros mecanismos que reforcem o compromisso com a governança corporativa. **Informações Gerais:** • O acionista poderá comparecer pessoalmente, por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do boletim e do Manual do Acionistas ("Manual"). • A Companhia informa que o boletim de voto a distância já está à disposição dos senhores acionistas no site da Companhia, bem como o Manual sobre os procedimentos para a participação na AGE e que contém detalhes sobre os temas a serem deliberados. • Considerando as atuais orientações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para a prevenção e enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), e visando a segurança de seus acionistas, a Companhia sugere que, em sendo possível, se dê preferência à utilização do boletim de voto a distância para participação na AGE ora convocada, principalmente por meio do seu envio aos prestadores de serviços aptos a coletar e transmitir instruções de preenchimento do boletim (custodiante ou escriturador), dada a maior simplicidade de tal procedimento. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481"), enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. • Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo - B3 que desejarem participar da AGE deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente. • Solicita-se, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE a que se refere o presente edital sejam depositados, com firma reconhecida, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até o dia 28 de setembro de 2021 ou enviados ao endereço eletrônico lbartolli@gi.com.br • Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE e os demais previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 6º da Instrução CVM nº 481, e disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.jareissati.com.br) e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). São Paulo, 31 de agosto de 2021. Carlos Francisco Ribeiro Jareissati - Presidente do Conselho de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS PESADOS PARA MANUTENÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS, ESTRADAS RURAIS, RETIRADA DE ENTULHOS, MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO E DEMAIS SERVIÇOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS.

Considerando erro material na somatória dos preços dos itens constantes do Lote 03, emitimos a presente para corrigir a somatória do referido lote, passando a constar o valor correto do Lote 03, a saber: **R\$ 1.47.999,80 (UM MILHÃO, CENTO E QUARENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).**

Publique-se.

Leme, 30 de AGOSTO de 2021.

MARCELO ALVES DE CARVALHO ALMEIDA
SECRETÁRIO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS
ÓRGÃO GERENCIADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO

Departamento de Licitações

2 RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2021 PREGÃO Nº 015/2021 FORMA ELETRÔNICA

A Prefeitura de Pereira Barreto, leva ao conhecimento de quem possa interessar, que o Processo supra epígrafado, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Kits escolares para alunos da rede municipal de ensino, de acordo com as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, sofreu alterações.

a) O critério de julgamento é de MENOR PREÇO GLOBAL.

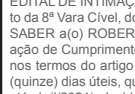
b) Encontra-se disponível no website Anexo II - Modelo de Proposta alterado.

c) Fica redesignada para dia 15/09/2021 às 10h:00min a sessão virtual do Pregão;

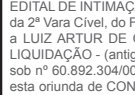
d) Demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Estância Turística de Pereira Barreto/SP, 31 de agosto de 2021.

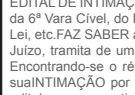
Luís Carlos Narutis Aguiar
Pregoeiro.




EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005866-40/2020.8.26.0114 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santa Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brândão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) ROBERTO PERMAN MOYSES, RG 8606443, CPF 1722.828-04, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco Bnd S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo da presente edital, pague a quantia de R\$321.988,40 (atualizada pelo honorário advocatício de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0190102-21/2007.8.26.0100(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). FABIANA MARINI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LUIZ ARTUR DE OLIVEIRA SARAIVA, CPF 500.406.009-83, que RETOUR ATIVOS FINANCIEROS LTDA - EM LIQUIDAÇÃO (antigo BMD - BANANITOS FINANCIEROS S/A - EM LIQUIDAÇÃO ORDINÁRIA) inscrito no CNPJ/MF nº 00.892.304/0001-32, ajuizou Ação Monitória, a qual se encontra em fase de Cumprimento de Sentença, dada esta oriunda de CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 06487-0 Encontrando-se o Executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo determinado, que fluirá após o decurso do prazo da presente edital, apresente impugnação sob pena de efetivação da penhora dos valores bloqueados, por meio do sistema Bancnet no Valor de R\$ 305,44 (trezentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009597-87/2021.8.26.0002(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santa Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brândão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) LUCIMARA FIGUEIREDO MONDADORI DOS SANTOS, CPF 024.062.949-36, que lhe foi proposta uma ação de Ação Monitória por parte de Banco Bnd S/A, em Liquidação Extrajudicial, alegando que houve a cobrança da quantia de R\$ 25.434,19 (atualizada em 28/09/2021), oriundo do não pagamento do débito contraído através do contrato de abertura de crédito firmado em 26/03/1998, ocasião em que obteve um crédito no valor de R\$ 3.500,00, que seria pago em 18 parcelas de R\$ 366,16, sendo a primeira com vencimento no dia 22/04/1998, ocorreu que a requêrda não efetuou o pagamento das parcelas contraídas. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído a causa. Ficando isenta de custas processuais em caso de pagamento no prazo legal, no mesmo prazo poderá oferecer embargos monitoriais sem previa segurança do Juízo. Não sendo apresentados os embargos, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 169/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 24.033/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2021

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE WEBCAM PARA UTILIZAÇÃO EM VÍDEOS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 24/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 123/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15.466/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, SEM CONDUTOR E SEM COMBUSTÍVEL, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 27/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 170/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 32.388/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2021

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA FINA E AREIA GROSSA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 28/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

EDITAL Nº 171/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.793/2021

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 156/2021

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MOCHILAS PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DE ATENÇÃO BÁSICA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 28/09/2021 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R\$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.

Limeira, 31 de agosto de 2021

Departamento de Gestão de Suprimentos




PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

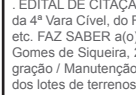
Nº: 077/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS - TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 17 de setembro de 2021, às 09:15 horas - INÍCIO DA FASE DE LANCES: 17 de setembro de 2021, às 09:30 horas. Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br ou www.licitacoes-e.com.br. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

GERAL GARIPPO - Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

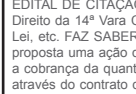


Associação Mulheres Valentes de São Paulo - (Em Constituição)

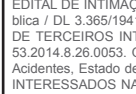
Edital de Convocação para Assembleia Geral de Constituição de Associação Mulheres Valentes de São Paulo. Ficam convocados todos os interessados, nos termos do artigo 53, "caput", da Lei nº 10.406/2002 (CGB), para a realização da Assembleia Geral de Constituição, aprovação de Estatuto e Eleição da Primeira Diretoria, da Associação de defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência de todos os tipos e seus núcleos familiares na cidade de São Paulo, a realizar-se no dia 10/09/2021, às 19 h, no endereço localizado à Rua José Ferreira de Menezes, nº 191, Jardim Sydney, CEP 02892-130, SP/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1º) Constituição Associação **Mulheres Valentes**; 2º) Apreciação e aprovação de Estatuto Social; 3º) Eleição para os órgãos e direções da Associação; 4º) e a definição da sede. SP, 25/08/2021. Pela Comissão Organizadora Karine Aparecida Gois.



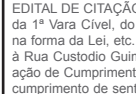
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0039349-72/2012.8.26.0007 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Jurandir de Abreu Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) JOYCELENE VALENTINO, RG 29767493, CPF 335.027.838-88, com endereço à Rua Bonifácio Gomes de Siqueira, 255, Jardim Gaguassu, CEP 03096-050, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma Ação Reintegração e Ação de Busca por parte de Banco Bnd S/A, em Liquidação Extrajudicial, alegando que houve a cobrança da quantia de R\$ 25.434,19 (atualizada em 28/09/2021), oriundo do não pagamento do débito contraído através do contrato de abertura de crédito firmado em 26/03/1998, ocasião em que obteve um crédito no valor de R\$ 3.500,00, que seria pago em 18 parcelas de R\$ 366,16, sendo a primeira com vencimento no dia 22/04/1998, ocorreu que a requêrda não efetuou o pagamento das parcelas contraídas. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído a causa. Ficando isenta de custas processuais em caso de pagamento no prazo legal, no mesmo prazo poderá oferecer embargos monitoriais sem previa segurança do Juízo. Não sendo apresentados os embargos, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE VINTE DIAS. PROCESSO Nº 0102394-04/2008.8.26.0100 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Clarissa Rodrigues Alves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) LUCIMARA FIGUEIREDO MONDADORI DOS SANTOS, CPF 024.062.949-36, que lhe foi proposta uma ação de Ação Monitória por parte de Banco Bnd S/A, em Liquidação Extrajudicial, alegando que houve a cobrança da quantia de R\$ 25.434,19 (atualizada em 28/09/2021), oriundo do não pagamento do débito contraído através do contrato de abertura de crédito firmado em 26/03/1998, ocasião em que obteve um crédito no valor de R\$ 3.500,00, que seria pago em 18 parcelas de R\$ 366,16, sendo a primeira com vencimento no dia 22/04/1998, ocorreu que a requêrda não efetuou o pagamento das parcelas contraídas. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído a causa. Ficando isenta de custas processuais em caso de pagamento no prazo legal, no mesmo prazo poderá oferecer embargos monitoriais sem previa segurança do Juízo. Não sendo apresentados os embargos, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



EDITAL DE INTIMAÇÃO - Processo 1047658-53/2014.8.26.0053 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - Augusto Gomes da Cunha e outros - eventuais ocupantes - EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, expedido nos autos do PROC. Nº 1047658-53/2014.8.26.0053 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central - Fazenda Pública Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Laís Helena Bresser Lang, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A TERCEIROS INTERESSADOS NA LIDE que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO move uma Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 de Desapropriação contra Augusto Gomes da Cunha e Rosalva Luz de Andrade Gomes da Cunha, objetivando desapropriação da totalidade do imóvel situado na Av. Josué de Castro, nº 14, Contribuinte nº 089.541.0015-5, declarada de utilidade pública para implantação do melhoramento "Roberto Marinho - Parque Linear", declarados de utilidade pública conforme os artigos 31 e 38 do Decreto - Lei nº 3.365 de 1941. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Diário Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei.



EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002632-41/2020.8.26.0020 (A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XI - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Massanori Fujita, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(a) JOSÉ CARREIRO DA PONTE, Brasileiro, CPF 854.005.308-00, com endereço à Rua Custódio Guimarães, 325, Jardim Cidade Pirubita, CEP 02943-040, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Ação Monitória por parte de Banco Bnd S/A, em Liquidação Extrajudicial, alegando que houve a cobrança da quantia de R\$ 25.434,19 (atualizada em 28/09/2021), oriundo do não pagamento do débito contraído através do contrato de abertura de crédito firmado em 26/03/1998, ocasião em que obteve um crédito no valor de R\$ 3.500,00, que seria pago em 18 parcelas de R\$ 366,16, sendo a primeira com vencimento no dia 22/04/1998, ocorreu que a requêrda não efetuou o pagamento das parcelas contraídas. Encontrando-se a requerida em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído a causa. Ficando isenta de custas processuais em caso de pagamento no prazo legal, no mesmo prazo poderá oferecer embargos monitoriais sem previa segurança do Juízo. Não sendo apresentados os embargos, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Veja e assine: 5884 0035

O mais completo jornal jurídico do país.



IZP Franca Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 03.934.544/0001-91 - NIRE 35.300.574.141

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Local e Hora: Aos 30/08/2021, às 10h, na sede em São Paulo/SP, na Avenida Horácio Laler, nº 160, 9º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-080. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, de acordo com o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: **Ricardo de Santos Freitas** e Secretário: **José Felipe Toazza de Oliveira**. **4. Ordem do Dia:** (a) aprovação da redução do capital social, com a consequente alteração do Art. 5º de seu Estatuto Social; (b) aprovação da consolidação do Estatuto Social; (c) autorizações à Diretoria. **5. Deliberações:** A única acionista deliberou: (a) nos termos dos Artigos 173 e 174 da Lei das S.A., aprovar a redução do capital social em R\$ 21.608.864, com o cancelamento de 2.160.889.684 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, de titularidade da única acionista HP Design Offices Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ/ME nº 42.063.030/0001-82), a qual será devida, a título de restituição, o pagamento em dinheiro do referido valor. Em decorrência da redução do capital social, ora deliberada, o Artigo 5º de seu Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º - O capital social é de R\$ 46.391.103,16, dividido em 4.639.110.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** (b) aprovar a consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo 7; (c) e (autorizar a Diretoria a realizar todos os atos complementares necessários ao cumprimento do que ora ficou resolvido e do que mais seja determinado pelas leis que regem a matéria, incluindo, mas não se limitando, a publicação da presente Ata, para que após decorrido o prazo legal, a requêrda nos JUCESP. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30/08/2021. **Ricardo de Santos Freitas** - Presidente. **Joé Felipe Toazza de Oliveira** - Secretário.

Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração da Companhia - Artigo 1º - A Companhia girará sob a denominação **IZP Franca Empreendimentos Imobiliários S.A.**, estruturada sob a forma de sociedade por ações ("Companhia"), regendo-se pelas disposições contidas nesse Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro em São Paulo/SP, na Avenida Horácio Laler, 160, 9º andar (parte), Itaim-Bibi, CEP 04538-080 e poderá abrir outras filiais e escritórios em qualquer ponto do território nacional, ou no exterior, observados as prescrições legais e o estatuto da Companhia. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto a aquisição, a construção e o desenvolvimento de uma incorporação imobiliária, nos termos da Lei 4.591/64, além de gestão, locação e exploração de imóveis, situados em São Paulo/SP, decorrente da utilização dos imóveis objeto das matrículas nºs 32.571, 88.417, 126.744, 13.785, 132.150, 176.167, 176.170 e 14.781, todas do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo - SP. **Artigo 4º -** A Companhia durará pelo tempo necessário à consecução de seu objeto social e liquidação dos direitos e obrigações dele decorrentes. **Capítulo II - Do Capital e das Ações - Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 46.391.103,16, dividido em 4.639.110.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** Cada ação dará a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º -** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, observado o prazo decadal de 30 dias, contado da data de publicação do aviso no diário oficial, e demais disposições pertinentes. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, a cada ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, mediante convocação em forma prevista neste Estatuto. Observados, em qualquer caso, os procedimentos legais. **Artigo 9º -** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos acionistas ou representantes de acionistas, escolhidos pelos presentes, o qual convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 1º -** A Assembleia Geral será convocada por acionistas representando a maioria do capital social, ou por um Diretor, nos termos disposto no Artigo 123 da Lei das S.A., mediante editais de convocação publicados na imprensa. Considera-se regularmente instalada, independentemente de convocação, a Assembleia à qual comparecerem a totalidade dos acionistas. **§ 2º -** Nas deliberações assembleares, serão observados os seguintes requisitos legais. **Artigo 10º -** O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seus representantes legais, ou por procurador nos termos do item 126, §1º e 2º da Lei das S.A., desde que o instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia até 24 horas antes da data de sua realização. **Artigo 11 -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 85% do capital social com direito a voto; e, por este constituída em qualquer tempo, para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **Artigo 12 -** Os acionistas e os acionistas deverão assinar o Livro de Presença, indicando nome, nacionalidade, residência e a quantidade, espécie e classe das ações de que são titulares. **Artigo 13 -** Encerrados os trabalhos, será lavrada, em livro próprio, a devida ata, assinada pelos membros da mesa e acionistas presentes. **Capítulo IV - Da Administração da Companhia e da Diretoria - Artigo 14 -** A Administração da Companhia será exercida pela Diretoria, por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelos acionistas em Assembleia Geral, e por este constituída em qualquer tempo, para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. **§ 1º -** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º -** Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados no livro mantido pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **§ 3º -** Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá aos acionistas eleger novo Diretor ou designar o substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo de gestão remanescente do Diretor substituído. **Artigo 15 -** A Diretoria tem amplas poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar as negociações ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 16 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal de

EUASPECIAIS



Alex Sérgio de Moraes, estado civil solteiro, professor coordenador de projetos, nascido em Botuava, SP, no dia sete de março de mil novecentos e oitenta e seis (07/03/1986), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Amarildo Sérgio de Moraes e de Jacqueline Leite da Cruz Moraes. Jessica Freitas Nascimento, estado civil solteira, profissão analista financeiro, nascida em São Paulo, SP, no dia primeiro de outubro de mil novecentos e oitenta e nove (01/10/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Maurício Ubiratan do Nascimento e de Lucia de Fatima de Freitas Viana do Nascimento.

Gilberto Lucas de Sales, estado civil solteiro, profissão coordenador de segurança, nascido em São Paulo, SP, no dia dez de janeiro de mil novecentos e setenta e seis (10/01/1976), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Severino Lucas de Sales e de Severina Maria de Sales. Claudia Lima dos Santos, estado civil solteira, profissão auxiliar de desenvolvimento infantil, nascida em São Paulo, SP, no dia dez de outubro de mil novecentos e oitenta e dois (10/10/1982), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Nelson Cordeiro dos Santos e de Cícera Alves de Lima Santos.

Marcelo Jacob Rosa Júnior, estado civil solteiro, profissão assistente administrativo, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e cinco (20/04/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Marcelo Jacob Rosa e de Maria Cosme de Oliveira. Karine Almeida Silveira, estado civil solteira, profissão assistente administrativo, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e nove de março de mil novecentos e noventa e nove (29/03/1999), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha do Marcos Antonio Silveira e de Vania Almeida Silveira.

Conversão de União Estável em Casamento: Paulo Roberto Carlos dos Santos, estado civil solteiro, profissão assistente administrativo, nascido em São Paulo, SP, no dia treze de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro (13/10/1984), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jacinto João da Costa. Samara Costa de Oliveira, estado civil solteira, profissão analista de contas médicas, nascida em São Paulo, SP, no dia seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove (06/02/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Mario Gonzaga de Oliveira e de Maria do Carmo Costa de Oliveira.

Rodrigo Moreira de Almeida, estado civil solteiro, profissão coordenador de sistemas, nascido em São Paulo, SP, no dia sete de julho de mil novecentos e noventa e um (07/07/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Osmar Noel de Almeida e de Silvia Moreira da Silva Almeida. Mayra Woll Pegoraro, estado civil solteira, profissão assistente administrativo, nascida em São Paulo, SP, no dia trinta e um de maio de mil novecentos e noventa e seis (31/05/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Antonio Pegoraro e de Terezinha Aparecida Woll.

Matheus dos Santos, estado civil solteiro, profissão atendente de restaurante, nascido em Natal, RN, no dia vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e noventa e sete (24/12/1997), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Lucimacy dos Santos. Sábina da Silva Mota, estado civil solteira, profissão assistente administrativo, nascida em São Paulo, SP, no dia dezessete de abril de dois mil e dois (17/04/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luiz Carlos da Mota e de Lucilene Ferreira da Silva.

Lucas Buanonatto Barros, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e quatro (22/09/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jefferson Rogério Barros e de Mônica Ferreira Buanonatto. Júlia Straviotte, estado civil solteira, profissão micro empreendedor, nascida em Diadema, SP, no dia trinta de agosto de mil novecentos e noventa e dois (30/08/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Leandro de Castro Straviotte e de Isabel Aparecida Straviotte.

Mario Vitor Araujo Nascimento, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e cinco de dezembro de dois mil (25/12/2000), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Mario Edson de Sousa Nascimento e de Antonia de Araujo Nascimento. Amanda Barbosa da Silva, estado civil solteira, profissão operadora de caixa, nascida em São Paulo, SP, no dia nove de setembro de dois mil e dois (09/09/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Francisco da Silva e de Zefinha Ferreira Barbosa.

Conversão de União Estável em Casamento: Pedro Scarpelli Cassia, estado civil divorciado, profissão supervisor de vendas, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e três de fevereiro de mil novecentos e setenta e oito (23/02/1978), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Carlos Eduardo Cassia e de Vania Aparecida Scarpelli Cassia. Talita Gomes da Silva, estado civil solteira, profissão social media, nascida em São Paulo, SP, no dia dezesseis de novembro de mil novecentos e oitenta e nove (16/11/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Severino Gomes da Silva e de Sandra Nascimento Gomes da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Iara Ferreira de Lima Silva, estado civil solteira, profissão farmacêutica, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e cinco de julho de mil novecentos e oitenta e dois (25/07/1982), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Joaquim Salustiano da Silva e de Maria José Ferreira de Lima. Ana Lucia Rodrigues Lima, estado civil solteira, profissão gerente de tecnologia, nascida em São Paulo, SP, no dia dez de dezembro de mil novecentos e oitenta e quatro (10/12/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Eudicles Ribeiro Lima e de Maria Lidia Rodrigues de Farias Lima.

David da Silva Gomes, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP, no dia quinze de abril de mil novecentos e noventa e oito (15/04/1998), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Genivaldo de Santana Gomes e de Daniela Aparecida da Silva Gomes. Sharon Tenorio de Oliveira, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em São Paulo, SP, no dia três de fevereiro de dois mil e dois (03/02/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edeberto Tenorio de Oliveira e de Micheli Cristina Tenorio Cavalcante.

Conversão de União Estável em Casamento: Carlos Eduardo Bezerra dos Santos, estado civil solteiro, profissão empresário, nascido em São Paulo, SP, no dia dezenove de maio de mil novecentos e setenta e seis (19/05/1976), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisco Carlos dos Santos e de Maria Fatima Bezerra dos Santos. Eliane Maria de Brito, estado civil solteira, profissão social media, nascida em São Paulo, SP, no dia primeiro de janeiro de mil novecentos e setenta e seis (01/01/1976), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Ivo José de Brito e de Luiza Maria de Brito.

Lucas Domingos Pereira, estado civil solteiro, profissão jovem aprendiz, nascido em São Paulo, SP, no dia trinta e um de dezembro de dois mil e dois (31/12/2002), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Edmilson Domingos Pereira e de Solange Domingos dos Santos. Mayara Letícia Silveiro, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e três de abril de dois mil e três (23/04/2003), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Marcos Alessandro Rodolpho Silveiro e de Joelmia da Silva Maciel.

Conversão de União Estável em Casamento: Helio Pinheiro de Jesus, estado civil solteiro, profissão aposentado, nascido em Itabunas, SP, no dia trinta de novembro de mil novecentos e cinquenta e seis (30/11/1956), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Paulo Pinheiro de Jesus e de Jardilma Maria da Conceição. Rosemary Silva, estado civil solteira, profissão doméstica, nascida em São Paulo, SP, no dia onze de abril de mil novecentos e sessenta e cinco (11/04/1965), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Maria Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Danilo Silva de Jesus, estado civil divorciado, profissão operador de loja, nascido em São Paulo, SP, no dia sete de julho de mil novecentos e oitenta e quatro (07/07/1984), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Helio Pinheiro de Jesus e de Rosemary Silva. Maele Riane Alves Silva, estado civil solteira, profissão operadora de caixa, nascida em Jacobina, BA, no dia vinte de agosto de mil novecentos e noventa e dois (20/08/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edmilson Souza Santos e de Marizédua Gomes dos Santos.

Gerson Souza de Jesus, estado civil solteiro, profissão pedreiro, nascido em Salvador, BA, no dia vinte de fevereiro de mil novecentos e oitenta e sete (20/02/1987), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de João Damasceno de Jesus e de Maria das Graças Souza da Silva. Fabiola Santos da Silva, estado civil solteira, profissão cabeleireira, nascida em São Paulo, SP, no dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e três (17/11/1993), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Sebastião Gonçalves da Silva e de Eunice de Jesus Santos.

Conversão de União Estável em Casamento: João Elói de Melo, estado civil solteiro, profissão porteiro, nascido em Cumaru, PE, no dia vinte e três de junho de mil novecentos e sessenta e sete (23/06/1967), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Elói de Melo e de Maria das Dores de Oliveira. Niêde Nunes da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Cumaru, PE, no dia vinte e sete de março de mil novecentos e setenta (27/03/1970), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Reginaldo Manoel da Silva e de Severina Nunes da Rocha.

Conversão de União Estável em Casamento: Francisco Carlos Chagas Silva, estado civil divorciado, profissão porteiro, nascido em São Bento do Norte, RN, no dia vinte e dois de maio de mil novecentos e cinquenta e seis (22/05/1956), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Aurilete Cirila da Silva. Maria da Conceição Alves da Silva, estado civil solteira, profissão auxiliar de limpeza, nascida em Cambé, PR, no dia seis de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove (06/01/1969), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Erolides Alves da Silva.

Lucas Rodrigues Chaves, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em Diadema, SP, no dia seis de agosto de mil novecentos e noventa e um (06/08/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Mariano Chaves e de Marii Rodrigues Maciel Chaves. Kelly Barbosa Santos, estado civil divorciada, profissão babá, nascida em São Paulo, SP, no dia trinta e quatro de mil novecentos e oitenta e nove (30/04/1999), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Pereira dos Santos e de Maria Cleuzia Barbosa.

Luiz Gustavo Santos, estado civil solteiro, profissão operador de máquina, nascido em São Paulo, SP, no dia quatorze de abril de mil novecentos e noventa e quatro (14/04/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jorge Luiz dos Santos e de Maria Auxiliadora de Oliveira. Rosana Damascena Santos, estado civil solteira, profissão atendente/recepçãoista, nascida em São Paulo, SP, no dia treze de setembro de mil novecentos e oitenta e sete (07/09/1987), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Claudionor Soares Santos e de Maria Sirleide Damascena dos Santos.

Valdir de Jesus, estado civil solteiro, profissão expedição, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e um de agosto de mil novecentos e sessenta e sete (21/08/1967), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisca Maria de Jesus. Monica Simões, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e quatro de março de mil novecentos e oitenta e dois (24/03/1982), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Doracil Simões da Silva.

José Leandro Santos de Souza, estado civil solteiro, profissão auxiliar de expedição, nascido em Guarabira, PB, no dia vinte de junho de mil novecentos e oitenta e oito (20/06/1988), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel Rodrigues de Souza e de Rosa Maria Santos de Souza. Pamela Gonçalves Santos, estado civil solteira, profissão social media, nascida em São Paulo, SP, no dia trinta de dezembro de mil novecentos e noventa e dois (30/12/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Cesarino Mendes dos Santos e de Celia Regina Cruz Gonçalves Santos.

José Manoel da Silva, estado civil solteiro, profissão segurança, nascido em Timbaúba, PE, no dia vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e oito (21/11/1968), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel João da Silva e de Carmelinda da Silva. Maria Ferreira, estado civil divorciada, profissão auxiliar de limpeza, nascida em Viçência, PE, no dia três de setembro de mil novecentos e setenta e um (03/09/1971), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Albertino Joaquim Ferreira e de Maria José Ferreira.

Leonardo Costa Mayolino, estado civil divorciado, profissão advogado, nascido em Rio de Janeiro, RJ, no dia nove de julho de mil novecentos e oitenta e um (09/07/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Sérgio Ramos Mayolino e de Maria da Graça Costa Mayolino. Moara Guimarães Faria, estado civil divorciada, profissão empresária, nascida em Fernandópolis, SP, no dia vinte e dois de julho de mil novecentos e oitenta e quatro (22/07/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Alves Faria Filho e de Solange Guimarães da Silva Faria.

Conversão de União Estável em Casamento: Andrião da Silva Costa, estado civil solteiro, profissão preparador automotivo, nascido em São Paulo, SP, no dia trinta e um de novembro de mil novecentos e noventa e quatro (16/06/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Joaquim Rosa da Costa e de Maria Elizabeth da Silva. Hellen Aparecida Pereira dos Santos, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em São Paulo, SP, no dia dezessete de maio de mil novecentos e noventa e seis (17/05/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Reis dos Santos Filho e de Edna Pereira de Araújo.

Tiago Pedro de Carvalho, estado civil solteiro, profissão web designer, nascido em São Paulo, SP, no dia primeiro de outubro de mil novecentos e noventa e quatro (01/10/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Pedro Benedito de Carvalho e de Iedeizita da Silva Holanda Carvalho. Amanda Caroline Fernandes do Nascimento, estado civil solteira, profissão auxiliar de alfabetização, nascida em Itaituba, SP, no dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e noventa e sete (24/06/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luiz Carlos Fernandes Souza e de Luciene Sales do Nascimento.

Bruno Barbosa Roseira, estado civil solteiro, profissão cobrador, nascido em São Paulo, SP, no dia dezessete de novembro de mil novecentos e noventa e três (17/11/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Neilton de Jesus Roseira e de Andrea do Carmo Barboza. Gabriela Gonçalves Barbosa, estado civil solteira, profissão professora, nascida em São Paulo, SP, no dia treze de abril de mil novecentos e noventa e cinco (13/04/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Batista de Souza Barbosa e de Marieleide Gonçalves Barbosa.

Conversão de União Estável em Casamento: Josias Sepriano, estado civil divorciado, profissão professor, nascido em Jacupiranga, SP, no dia dezesseis de julho de mil novecentos e cinquenta e sete (16/07/1957), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Marcos Sepriano e de Zulmerinda Lemos Sepriano. Vilmá Aparecida da Silva, estado civil divorciada, profissão autônoma, nascida em Barra do Turvo, SP, no dia quatro de maio de mil novecentos e setenta e seis (04/05/1976), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Ademir Morato da Silva e de Djaniara Bonruque da Silva.

João Sérgio Cardoso Santiago, estado civil solteiro, profissão ajudante de cozinha, nascido em São Paulo, SP, no dia dezesseis de junho de mil novecentos e noventa e três (16/06/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de João Lima Santiago e de Terezinha de Souza Cardoso. Sara Jane Sousa Santos, estado civil solteira, profissão ajudante de cozinha, nascida em Caatiba, BA, no dia vinte e dois de janeiro de mil novecentos e noventa (22/01/1990), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Alfredo Oliveira Santos e de Alaide Sousa Santos.

Marcos Antunes Costa, estado civil solteiro, profissão engenheiro, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e um de novembro de mil novecentos e noventa e um (21/11/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Maria Helena da Silva Antunes Costa. Elisângela Erica Bastos da Silva, estado civil solteira, profissão fisioterapeuta, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e sete de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito (27/02/1988), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Carlos Monteiro de Souza da Silva e de Maria de Fátima Bento Bastos Silva.

Isaac Protásio de Oliveira, estado civil solteiro, profissão auxiliar técnico informática, nascido em São Paulo, SP, no dia quinze de julho de mil novecentos e noventa e um (15/07/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Raimundo Pio de Oliveira Filho e de Maria Elizabeth Protásio de Oliveira. Camilla Gomes Santos, estado civil solteira, profissão auxiliar administrativo, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte de março de mil novecentos e noventa e dois (20/03/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edmilson Souza Santos e de Marizédua Gomes dos Santos.

Carlos Eduardo Souza David, estado civil solteiro, profissão técnico de radiologia, nascido em São Paulo, SP, no dia sete de março de mil novecentos e oitenta e um (07/03/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Esli David e de Elizabeth de Souza David. Janaina Aparecida Mororó Oliveira, estado civil solteira, profissão governanta de hotel, nascida em São Paulo, SP, no dia primeiro de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro (01/10/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Odair Jorge dos Santos Oliveira e de Maria Aparecida Mororó Oliveira.

Gustavo Alves Antunes, estado civil solteiro, profissão marketing, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e seis de maio de mil novecentos e noventa e dois (26/05/1992), residente e domiciliado em Itapeacira da Serra, SP, filho de Paulo Daniel Antunes e de Gilvaneide Alves Antunes. Sandy Araujo Silva, estado civil solteira, profissão assistente administrativo senior, nascida em São Paulo, SP, no dia oito de dezembro de mil novecentos e noventa e oito (08/12/1998), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Adeir Cardoso Silva e de Ana Maria de Araújo.

Antonio Alves dos Santos, estado civil solteiro, profissão auxiliar de loja, nascido em Boa Viagem, CE, no dia vinte e quatro de julho de mil novecentos e oitenta e quatro (24/07/1984), residente e domiciliado em Francisco Morato, SP, filho de Joaquim Gonzaga dos Santos e de Antonia Alves dos Santos. Silvana Aparecida de Jesus de Souza, estado civil solteira, profissão babá, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e quatro de junho de mil novecentos e setenta e seis (24/06/1976), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Gildeide Rodrigues de Souza e de Alice de Jesus de Souza.

Daniilo dos Santos Fonteles, estado civil solteiro, profissão auxiliar de logística, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e um (28/02/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho nido de Carlos Santos e de Ana Paula Pereira dos Santos Fonteles. Amanda Luzia Alves da Silva Mendes, estado civil solteira, profissão analista de sistemas, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e seis de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove (26/01/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Maurício Mendes e de Albenice Alves da Silva Mendes.

Pablo Santos de Faria, estado civil solteiro, profissão técnico de manutenção, nascido em São Paulo, SP, no dia dois de maio de mil novecentos e noventa e cinco (02/05/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Juscelino Alves de Faria e de Maria Rodrigues Santos de Faria. Tainá Jacó de Souza, estado civil solteira, profissão coordenadora pedagógica, nascida em São Paulo, SP, no dia quinze de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro (15/12/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Francisco de Souza Filho e de Iraci Jacó de Souza.

Zezito Eurides Braga, estado civil divorciado, profissão carpinteiro, nascido em Taiobais, MG, no dia quatro de maio de mil novecentos e sessenta e quatro (04/05/1964), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Generino Alves Braga e de Maria Eurides Braga. Maria Cristina Evangelista Barbosa, estado civil solteira, profissão cuidadora de idosos, nascida em Nova Friburgo, RJ, no dia trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro (31/03/1964), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Barbosa dos Santos e de Viciência Evangelista Barbosa.

Alexsandro de Jesus, estado civil divorciado, profissão funileiro, nascido em Senhor do Bonfim, BA, no dia vinte e quatro de maio de mil novecentos e setenta e três (24/05/1973), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Alcides Eulina de Jesus. Cleide Rogério do Nascimento, estado civil divorciado, profissão autônoma, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e sete de dezembro de mil novecentos e oitenta e um (27/12/1981), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Paula do Nascimento e de Creuzza Diogo do Nascimento.

Conversão de União Estável em Casamento: Robson Vieira de Resende, estado civil solteiro, profissão analista financeiro, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte de julho de mil novecentos e noventa e quatro (20/07/1984), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jair Chaves de Resende e de Severina Vieira da Silva Resende. Luciana Lopes Liberato, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP, no dia nove de setembro de mil novecentos e oitenta e um (09/09/1981), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luiz Gonzaga Liberato e de Isabel Oliveira Lopes Liberato.

Conversão de União Estável em Casamento: Tiago de Souza Silva Alves, estado civil solteiro, profissão garçom, nascido em São Paulo, SP, no dia vinte e um de maio de mil novecentos e oitenta e seis (21/05/1986), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Daniel Silva Alves e de Maria Iranise de Sousa Silva Alves. Tatiana Ribari de Lima, estado civil divorciada, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP, no dia dez de março de mil novecentos e oitenta e nove (10/03/1993), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo João de Lima e de Ivone Ribari Tahara de Lima.

Conversão de União Estável em Casamento: Nikson Miller Meireles Junior, estado civil solteiro, profissão ajudante de caminhão, nascido em São Paulo, SP, no dia nove de setembro de mil novecentos e noventa e cinco (09/09/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Nikson Miller Meireles e de Juliana Nascimento. Letícia Pereira da Silva, estado civil solteira, profissão atendente, nascida em São Paulo, SP, no dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e seis (14/12/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Wendel Bernardino da Silva e de Aneci Pereira da Silva.

Samuel Manoel da Silva, estado civil solteiro, profissão instrutor, nascido em São Paulo, SP, no dia dez de novembro de dois mil (12/11/2000), residente e domiciliado em Itapeacira da Serra, SP, filho de Cleide de Jesus da Silva e de Maria da Conceição. Bianca da Silva Bezerra, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e seis de setembro de dois mil e dois (26/09/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Francisco Nunes Bezerra e de Isabel Cristina da Silva.

Éverton Tadeu Melchids da Silva, estado civil divorciado, profissão comerciante, nascido em São Paulo, SP, no dia treze de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro (13/10/1984), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Joaquim Dias da Silva e de Maria Helena Melchids da Silva. Karoline Pereira Lopes, estado civil solteira, profissão fisioterapeuta, nascida em São Paulo, SP, no dia sete de junho de mil novecentos e noventa e três (07/06/1993), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha neta de Vicente de Paula Batista Lopes e de Sandra Regina Pereira de Lima.

Marcelo Reis dos Santos, estado civil solteiro, profissão especialista de sistemas, nascido em São Paulo, SP, no dia quatro de julho de mil novecentos e oitenta e oito (04/07/1988), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Sebastião Vieira dos Santos e de Maria Helena dos Reis. Susane Gama de Sousa, estado civil solteira, profissão coordenadora de TI, nascida em Osasco, SP, no dia quinze de outubro de mil novecentos e noventa e seis (15/10/1996), residente e domiciliada em Osasco, SP, filha de Claudinei Neres de Sousa e de Clauzileide Angelino Gama.

Conversão de União Estável em Casamento: Sérgio Alves da Cunha Silva, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em São Paulo, SP, no dia dezessete de outubro de mil novecentos e sessenta e nove (17/10/1969), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Emílio Alves da Silva e de Maria Eunice da Silva. Alad Rosa de Sá Teles, estado civil solteira, profissão cozinheira, nascida em Brotas de Macaúbas, BA, no dia vinte e nove de abril de mil novecentos e sessenta e seis (29/04/1966), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Ângelo Francisco de Sá Teles e de Aziza Rosa da Silva.

José Nunes Pereira Filho, estado civil solteiro, profissão pedreiro, nascido em Nova Sora, BA, no dia quatorze de agosto de mil novecentos e noventa e seis (08/02/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Nunes Pereira e de Maria de Fátima Ferreira da Silva. Luisa Batista da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Corupipe, AL, no dia quinze de julho de mil novecentos e oitenta e nove (15/07/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Batista da Silva e de Maria das Graças da Luz Silva.

Vinicius Ferreira Araujo, estado civil solteiro, profissão serviços gerais, nascido em São Paulo, SP, no dia oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e seis (08/02/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel Araújo Aguiar e de Silvana de Fátima Ferreira da Silva. Adalgiza Gonçalves Franco, estado civil solteira, profissão ajudante geral, nascida em Águas Vermelhas, MG, no dia oito de dezembro de mil novecentos e noventa e seis (08/12/1971), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Teodoro Gonçalves Franco e de Jasмира Alves Moreira.

Rafael Gomes de Santana, estado civil solteiro, profissão supervisor operacional de segurança, nascido em São Paulo, SP, no dia treze de novembro de mil novecentos e noventa e seis (13/11/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Adielson Gomes de Santana e de Ilsa Pereira da Silva. Vitoria Fernanda Coelho da Silva, estado civil solteira, profissão designer de moda, nascida em São Paulo, SP, no dia dezesseis de outubro de mil novecentos e noventa e sete (16/10/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Sergio Coelho da Silva e de Gisela Ferreira Coelho da Silva.

Jaysom Brannão Araujo de Alade, estado civil solteiro, profissão auxiliar de escritório, nascido em Alagoas Nova, PB, no dia quinze de março de mil novecentos e oitenta e cinco (15/03/1985), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Aguiadino Vieira de Alade e de Sueli Araújo de Alade. Jaissa de Carvalho Rocha, estado civil solteira, profissão consultora de vendas, nascida em Palmeiras, BA, no dia vinte e sete de janeiro de mil novecentos e noventa e um (27/01/1991), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Carlos Alves Rocha e de Irani Alves de Carvalho.

Carlos Roberto Roschel, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP, no dia onze de novembro de mil novecentos e setenta e um (11/11/1971), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Pedro Roschel e de Luzia do Nascimento Dantas. Soraia Tadeu dos Santos, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em São Paulo, SP, no dia vinte e oito de novembro de mil novecentos e sessenta e seis (28/11/1986), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Antonio dos Santos e de Marilena Santos.

Juarez Batista dos Santos, estado civil viúvo, profissão recidador, nascido em Vitória da Conquista, BA, no dia trinta de abril de mil novecentos e sessenta e um (30/04/1961), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de João Batista dos Santos e de Vaimira Lira dos Santos. Josieline Cardoso Santos, estado civil divorciada, profissão do lar, nascida em Brejo de Madre de Deus, PE, no dia trinta de julho de mil novecentos e setenta e quatro (30/07/1974), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Lucas Manoel Santos e de Vitorina Cardoso Santos.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

21º SUBDISTRITO DA SAUDE

Doutora Giovanna Truffi Rinaldi Gruber

Oficial Titular

Faz saber que pretendem se casar e apresentar os documentos exigidos por lei

JOSÉ CLÁUDIO MENDONÇA SANTOS, encarregado expedição, solteiro, Natural de PARAMIRIM, BA, Nascido aos 19/08/1983, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ARLINDO CÂNDIDO DOS SANTOS e de MARIA AUGUSTA MENDONÇA SANTOS.- ELAINE SANTANA DOS ANJOS, atendente, divorciada, Natural de SUZANO, SP, Nascido aos 06/05/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ANILDO SEBASTIÃO DOS ANJOS e de MARIA DE LOURDES SANTANA DOS ANJOS.

IGOR TEIXEIRA PARAISO CARVALHO, MEC. MANUTENÇÃO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 13/01/1993, Residente em D I A D E M A - ESTADO DE SÃO PAULO Filiação: JOSÉ VALDIR PARAISO SILVA CARVALHO e de MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA CARVALHO.- BEATRIZ MENDONÇA ROSA, ANALISTA FINANCEIRA, solteira, Natural de SÃO CAETANO DO SUL, SP, Nascido aos 20/10/1995, Residente em 21º Subdistrito da S a ú d e - São Paulo, SP, Filiação: CLAUDINEI ROSA e de PATRICIA MARIA DE MENDONÇA.

RAMON BATISTA DOS ANJOS, AUTÔNOMO, solteiro, Natural de IRAQUARA, BA, Nascido aos 24/06/2000, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ELIAS RODRIGUES DOS ANJOS e de MARIA DE FÁTIMA BATISTA CARNEIRO.- MILENA FERREIRA MARTINS, DO LAR, solteira, Natural de IRAQUARA, BA, Nascido aos 13/01/2000, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: JOACY MARTINS DE SOUSA e de LINDECI FERREIRA DE FRANÇA.

ALESSANDRO INNOCENZI, educador físico, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 07/02/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: AMAURI INNOCENZI e de MARIA APARECIDA BARILE INNOCENZI.- ANA HELENA VIRGINIO, bancária, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 04/08/1984, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: JURANDIR FAVINI VIRGINIO e de IRACEMA DO CARMO DA SILVA VIRGINIO.

CESAREO MUNERA RODRIGUEZ, EMPRESÁRIO, divorciado, Natural de ESPANHIA, Nascido aos 15/05/1969, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: CESAREO MUNERA RODRIGUEZ e de MARIA ADRIANA RODRIGUEZ MANZANO.- ROSA CAMPOS, ANALISTA DE SISTEMAS, solteira, Natural de MONTES CLAROS, MG, Nascido aos 06/06/1974, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: NECESIO HONORATO CAMPOS e de EDIMAR DE OLIVEIRA CAMPOS.

JOÃO PAULO ALVES SOARES, EMPRESÁRIO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 30/06/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: WASHINGTON VITOR SOARES e de SORAYA MARIA ALVES SOARES.- GABRIELE CAMPOS FABBRI TINTI, PROFESSORA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 29/07/1999, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: EDUARDO GONÇALVES TINTI e de ADRIANA CAMPOS FABBRI TINTI.

RAFAEL CINTRA, desenvolvedor de sistema, divorciado, Natural de MARILÍ, SP, Nascido aos 20/08/1980, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: WANDERLEI JOSÉ CINTRA e de ANA MARIA CINTRA.- DANIELLI MARIA LUSCENTE, gerente comercial, divorciada, Natural de OURINHOIS, SP, Nascido aos 29/12/1978, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO MARCOS LUSCENTE e de LIBRA BUENO LUSCENTE.

VINICIUS ADAMI LIVRINI, MÉDICO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 05/05/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: IVO ULIAN RODRIGUES DE MORAES, AUTÔNOMO, solteira, Natural de PERDÕES, MG, Nascido aos 24/10/1991, Residente em - Minas Gerais Filiação: VILMAR PEREIRA e de TÂNIA MARIA DE MELO PEREIRA.

AMAURO MADUREIRA E SILVA, aposentado, solteiro, Natural de CIANORTE, PR, Nascido aos 22/08/1956, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ANTONIO MADUREIRA E SILVA e de LUZIA MARIA E SILVA.- LÚCIA NAZARÉ DE OLIVEIRA, do lar, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 19/07/1958, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: NESTOR NOGUEIRA OLIVEIRA e de MARIA BENEDITA MACHADO VILHENA.

ADRIANO GONÇALVES DE OLIVEIRA, PORTEIRO, solteiro, Natural de SÃO JOÃO DO PARAISO, MG, Nascido aos 05/09/1985, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: ARNALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA e de ANORINDA DA ROCHA OLIVEIRA.- FRANCISCA ELISÂNGELA NOGUEIRA VIEIRA, DO LAR, solteira, Natural de JAGUARIBE, CE, Nascido aos 20/08/1985, Residente em 21º Subdistrito da S a ú d e - São Paulo, SP, Filiação: JOSÉ VANDIR VIEIRA e de FRANCISCA SÔNIA NOGUEIRA VIEIRA.

HENRIQUE CESAR VAZ, AUTÔNOMO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 05/02/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: EDMUR CESAR VAZ e de ARLEY OLIVEIRA VAZ.- MARIANA RODRIGUES DE MORAES, AUTÔNOMA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 31/01/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP, Filiação: DJALMA GARCIA DE MORAES e de CACILDA HELENA RODRIGUES DE MORAES.

KLEBER CASTILHO TAPIA, VENDEADOR, solteiro, Natural de SANTIAGO, REPÚBLICA DO CHILE, Nascido aos 1